

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica
Mestrado em Psicologia Clínica

LEILANE ALMEIDA PAIXÃO

**Violência e Sofrimento nas Relações Íntimo-afetivas:
Possibilidades Compreensivas no Contexto de uma Delegacia
da Mulher**

Recife
2013

P149v

Paixão, Leilane Almeida

Violência e sofrimento nas relações íntimo-afetivas : possibilidades compreensivas no contexto de uma delegacia da mulher / Leilane Almeida Paixão ; orientador Carmem Barreto, 2013.

116 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Psicologia Clínica, 2013.

1. Psicologia clínica. 2. Fenomenologia existencial. 3. Violência contra as mulheres - Aspectos psicológicos. 4. Psicologia existencial. 5. Sofrimento - Aspectos psicológicos. 6. Psicologia fenomenológica.
I. Título.

CDU 159.9

Nome: Leilane Almeida Paixão

Título: Violência e Sofrimento nas Relações Íntimo-afetivas: Possibilidades
Compreensivas no Contexto de uma Delegacia da Mulher

Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Católica de Pernambuco
como parte dos requisitos para a obtenção
do grau de Mestre em Psicologia Clínica,
pela linha de pesquisa Práticas
Psicológicas Clínicas em Instituições.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof^a. Orientadora Dr^a. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto – UNICAP

Prof. Dr. Darlindo Ferreira de Lima – UNIVASF

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas – UNICAP

*Aos meus pais, Ronaldo e Claudecy, por acreditarem em mim e me
ajudarem a alçar voos maiores.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos e pela luz sempre presentes no meu caminho.

Aos meus pais José Ronaldo e Claudecy, e ao meu irmão Ronald, simplesmente por saber que sem eles não seria quem hoje sou e não teria chegado aonde cheguei.

A Germano Xavier, por todo amor, cuidado e por sua presença carinhosa, bem como por ser a minha inspiração poética e criativa.

A Carmem Barreto, orientadora querida, por ter me acompanhado com paciência, atenção e cuidado.

“Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão (...) / sem querer eles me deram as chaves que abrem essa prisão (...) / somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter...”. A Darlindo Ferreira, meu querido e eterno professor, um dos grandes responsáveis pelo meu ingresso neste curso de pós-graduação, precioso incentivador e inspirador... Muito obrigada por tudo, principalmente por ter me ensinado o sentido mais bonito do cuidado.

À minha amiga e colega de mestrado Ana Paula Noriko, em especial, pela compreensão, solidariedade e ajuda nos momentos mais difíceis que passei no curso... Obrigada por ter me oferecido a sua mão, o seu ombro amigo, a sua atenção!

Aos meus colegas de estágio na Delegacia da Mulher em Petrolina: Rita Luiza Britto, Italo Teixeira, Jerlane Guimarães, Paula Matos, Maria Augusta, Helena Cássia, Patrícia Machado, Thayanna Tavares, Jayce Callou, Vanessa Rocha, Gabriela Santana, Juliana Mota e Diego Barrense. Obrigada por todas as experiências e aprendizados!

Aos meus queridos amigos Helena Cássia, Thayanna Tavares, Tulio Lopes, Jô Moraes, Maria Luiza Rovaris, Paula Fonsêca, Laís Duarte, Fabiano Peixoto, Nildo Mascarenhas, Igo Amaurí, Helmo Mira, Gabrielli Ornellas, Pablo Nun'Alvares, Marília

Figueiredo, Pedro Gabriel, Clarck Melindre e Cristiane Sodré, pela companhia e apoio inestimáveis em cada momento específico do meu mestrado!

Aos meus companheiros do Ministério Público de Pernambuco, nas pessoas de Rafael Monteiro, Bruno Ferraz, Tarcísio Dutra, Alcineide Borba, Anderson Carvalho, Leonel Almeida, Dra. Sílvia Amélia, Dr. Geovany e Dr. Paulo Augusto.

Aos companheiros de jornada no mestrado, com destaque especial aos professores Marcos Túlio, Ana Lúcia Francisco, Cristina Amazonas, Cristina Brito, e aos colegas Ana Maria Barreto, Ananda Kenney, Cícero Barbosa, Andrea Biselli e Ana Noriko.

Aos professores queridos que aceitaram compor a banca avaliadora deste trabalho, Prof^a Dr^a. Cristina Amazonas e o Prof. Dr. Darlindo Ferreira, muito obrigada pela solicitude!

Por fim, gostaria de agradecer aos policiais da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Recife e aos demais colaboradores da pesquisa por ora apresentada.

"E ao final de nossas longas explorações chegaremos finalmente ao lugar de onde partimos e o conheceremos então pela primeira vez..."

(T. S. Eliot, citado por Rubem Alves)

Paixão, L. A. (2013). *Violência e Sofrimento nas Relações Íntimo-afetivas: Possibilidades Compreensivas no Contexto de uma Delegacia da Mulher*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender o modo como se desvela o sofrimento, decorrente da violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres, numa delegacia da mulher. Nesse trabalho, buscou-se pensar a violência relacionada a um mal-estar na contemporaneidade, vislumbrado pelo advento da técnica moderna e suas implicações para o *Dasein*, em seus modos de pensar, ser e estar no mundo. Para tanto, foi desenvolvido um estudo qualitativo, baseado na perspectiva fenomenológica existencial heideggeriana. Como estratégias de ação, foram realizados três meses de observação participante na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) de Recife-PE, bem como entrevistas narrativas de cunho etnográfico com 05 colaboradores: 03 mulheres e 02 homens. O conteúdo dos diários de bordo da pesquisadora, produzidos durante as observações, bem como as narrativas dos colaboradores, foram compreendidos à luz da Analítica do Sentido de Critelli (1996). As experiências observadas em campo e trazidas a partir das narrativas apontam para sentidos cristalizados nos modos de ser-com-o-outro, que se apresentam no cotidiano da DEAM através de cenas e queixas de ciúmes, sentimentos de posse, controle, tentativas de restrição do poder-ser do outro, rigidez nas posições binárias de gênero. Predominam nestes modos de ser-com, relações utilitárias em que o outro parece se configurar como instrumento a ser utilizado para algum benefício. Desvelam-se, ainda, nesse contexto, concepções sobre a violência mergulhadas no vazio impessoal, pautadas na falta de

reflexão e em valores sociais pré-formatados que, por vezes, naturalizam a violência como única possibilidade de ser-com-o-outro em situações de conflito. Nesse contexto, a delegacia passa a ser convocada para que, através da lei, sejam adotadas medidas punitivas, repressivas e protetivas, na busca de aplacar a ignorância e amortecer a dor. Contudo, observa-se que, muitas vezes, a lei não consegue dar conta dessa violência que se alastra, tampouco de amparar o sofrimento das pessoas. Conclui-se que se faz cada vez mais importante problematizar, a partir de um pensamento que medita, a intensificação da violência e do desamparo na contemporaneidade, ensejada pelas implicações niilizantes da técnica moderna. Além disso, na medida em que o contexto sociocultural parece apontar para uma banalização do sofrimento humano, torna-se crucial pensar o acolhimento às mulheres e aos homens em situação de violência, a partir de uma ação clínica que não se deixe capturar pelos estereótipos binários “vítima *versus* agressor”, “culpado *versus* inocente”, “masculino *versus* feminino”; mas que abarque o humano, considerando esse seu momento histórico de desvelamento do ser.

Palavras chave: sofrimento humano; violência; relações íntimo-afetivas; contemporaneidade

Paixão, L. A. (2013). *Violence and Suffering in Intimate-Affective Relationships: Comprehensive Possibilities in the Context of a Women's Precinct*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

ABSTRACT

The present study aimed to understand how the suffering resulting from violence in intimate-affective relationships between men and women is revealed, at a police station dedicated to crimes against women. In this work, we tried to think of violence as related to a malaise in contemporary times, glimpsed by the advent of modern technology and its implications for *Dasein*, in its ways of thinking and being in the world. Therefore, we developed a qualitative study based on Heideggerian existential phenomenological perspective. As strategies for action, there were three months of participant observation in the Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (Specialized Precinct to Assistance of Women - DEAM) in Recife - PE, as well as narratives of ethnographic interviews with 05 employees : 03 women and 02 men. The content of logbooks of the researcher, produced during the observations, as well as the narratives of employees, were understood in the light of Critelli's Analytical Sense (1996). Experiences observed in the field and brought to the narratives indicate crystallized meanings in the ways of being-with-others, which feature in daily routine of DEAM through jealousy scenes and complaints, feelings of ownership and control, attempts to restrict other person's possibility of being, rigidity in the gender binary positions. Utilitarian relationships predominate in these ways of being-with, in which the other person seems to be set up as a tool to be used to some benefit. Conceptions about violence dipped in impersonal

void are revealed, still in this context, ruled by the lack of thought and by preformatted social values which sometimes naturalize violence as the only possibility of being-with-others in conflict situations. In this context, the precinct is convened to, by law, adopt punitive, repressive and protective measures, seeking to placate ignorance and dull the pain. However, it is observed that, often, the law cannot cope with such violence that is spreading, as well as shield people from suffering. We conclude that it becomes increasingly important to discuss, from a meditating thought, the intensification of violence and helplessness in contemporaneity, occasioned by the nihilistic implications of modern technology. Moreover, to the extent that the sociocultural context seems to point to a trivialization of human suffering, it is crucial to think a way to care of women and men in situations of violence, from a clinical action that does not let stereotypes captured by binary "victim versus aggressor", "guilty versus innocent", "male versus female", but encompassing the human whole, considering this historical moment of its unveiling of being.

Keywords: human suffering; violence; intimate-affective relationships; contemporaneity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 Tramas contemporâneas: um olhar sobre a essência da técnica como possibilidade para compreender a violência.....	16
1.1 Contextualizando a contemporaneidade.....	17
1.1.1 A constituição existencial do <i>Dasein</i>	19
1.1.2 A questão da técnica.....	23
1.2 Violência e mal-estar na contemporaneidade.....	33
2 Sofrimento e violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres.....	41
2.1 Informações sobre a violência contra a mulher no Brasil.....	44
2.1.1 Estratégias de enfrentamento à violência.....	46
2.2 A perspectiva relacional como possibilidade para compreender as relações entre homens e mulheres em situação de violência.....	49
2.3 Relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres: iniciando uma possibilidade compreensiva do sofrimento.....	54
3 O percurso metodológico da pesquisa.....	63
3.1 Situando o leitor no campo de pesquisa.....	66
3.2 Estratégias de ação.....	67
3.2.1 Observação participante.....	67
3.2.2 Entrevistas.....	69

3.2.2.1 Colaboradores.....	71
3.2.2.2 Narrativas de cunho etnográfico.....	72
3.3 Analítica do Sentido: norteando olhares e compreensões.....	74
3.4 Considerações éticas.....	76
4 Sofrimento e Violência nas Relações Íntimo-Afetivas: Possibilidades Compreensivas no Cenário de uma Delegacia da Mulher.....	78
4.1 A experiência de estar na delegacia: uma compreensão do sofrimento na instituição.....	78
4.2 Compreendendo a violência e o sofrimento nas relações afetivas.....	85
4.2.1 É pau, é pedra, é o fim do caminho.....	93
4.2.2 Uma prisão sem muros.....	100

Considerações Finais

Referências

APRESENTAÇÃO

Todo processo de pesquisa é um caminho rumo ao conhecimento de algo. Proveniente do latim, *cognoscere* significa “vir a saber”, ou em outras palavras, trazer à luz aquilo que buscamos saber da ou sobre a ação. O pesquisador, dito de modo singelo, é aquele que instigado pelo anseio de conhecer, empenha-se num mergulho em experiências e experimentações, e junto a elas faz emergir o seu olhar, suas palavras e a sua escrita, que já não são apenas seus.

A escolha do tema de pesquisa, por vezes, diz respeito a nossas próprias afetações, ao modo como somos tocados no mundo e a um inevitável enamoramento por aquilo que se busca conhecer, investigar. Surge, por vezes, de inquietações que nos provocam, convidam-nos e seduz de tal modo a assumirmos um lugar de cuidado e desvelo em torno das questões que nos mobilizam, a ponto de se tornar algo da ordem de uma necessidade investigar e escrever a respeito.

Nesse sentido, o tema desta pesquisa se originou a partir de inquietações que brotaram em minha experiência de estágio na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) de Petrolina/PE, na qual realizava atendimentos clínicos na delegacia por meio do plantão psicológico, na perspectiva fenomenológica existencial. O foco principal de cuidado eram as mulheres, mas por vezes atendia homens e até mesmo policiais. Foi, possivelmente, a maneira como fui afetada pela violência nas relações íntimo-afetivas e o sofrimento desta decorrente, tão presentes no contexto do plantão psicológico, que me ensejou o desejo de compreender de modo mais aprofundado este fenômeno.

Na experiência com o plantão psicológico, era orientada a dar acolhida às pessoas na delegacia, oferecendo a estas um espaço em que pudessem se escutar ao se dizerem, e assim, possibilitar a produção de novos sentidos e significados em suas vidas. Nesse contexto, descobria que a delegacia, apesar de se constituir como um lugar de proteção/segurança, não acolhia o sofrimento das mulheres e dos homens que buscavam ou compareciam ao serviço, quase sempre com histórias entremeadas de violência e desamparo. A partir do plantão psicológico, o sofrimento daquela instituição se fazia explícito nas demandas dos policiais, daqueles homens e daquelas mulheres enredados em relações violentas. Por vezes, o sentimento que se apossava em todos, inclusive nos próprios plantonistas, era o de impotência diante da violência e da condição de desamparo que se revelava naquele contexto.

Acredito que seja este o sentimento que continua a me guiar quando me proponho a realizar esta pesquisa. Ainda me sinto afetada pelas demandas e me questiono sobre o cuidado que poderia oferecer àquelas pessoas. Mas, compreendo que para poder cuidar, é importante ter um olhar compreensivo sobre a demanda que se apresenta como sofrimento decorrente da violência. Em tal contexto, urge tecer compreensões que desvelem a teia de sentidos e sentimentos envolvidos nestas relações permeadas de sofrimento diante da violência gerada nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres. O presente trabalho tem como proposta desvelar algumas possibilidades compreensivas do fenômeno em estudo, tendo como marco teórico a perspectiva da Psicologia Existencial, ao modo de Heidegger (1889 – 1976).

Em tal enfoque, a dimensão do cuidado, constitutiva do *Dasein*¹, toma realce, já que foi esta a compreensão que orientou nossa ação clínica durante o plantão na

¹ Ser-aí, presença. Segundo Heidegger (2012), único ente para o qual ser lhe foi dado, como será aprofundado a seguir.

delegacia, como também será ela que irá fecundar as compreensões sobre o fenômeno que buscamos compreender. Para Heidegger (2012), o homem é essencialmente cuidado, pois desde sempre precisa cuidar de existir. Cuidar se apresenta como possibilidade de apropriação de nossa angústia e pode mobilizar uma disposição de solicitude e zelo numa atitude de com-partilhamento. A relação de cuidado se dá a partir da afetação inevitável entre o mundo, o outro e nós mesmos. Por isso, ao escolher me dedicar a essa pesquisa, cuido de existir cuidando das questões que estão me mobilizando e dos outros seres-no-mundo que estão envolvidos, imbricados nessa teia.

Assim, envolvida por esta teia, volto a me perguntar como ainda é possível me sentir impotente e com desejo de investigar o que já foi tão investigado, tão questionado? De fato, a literatura a respeito do sofrimento decorrente da violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres é vasta. Os estudos sobre o mal-estar na contemporaneidade também o são. Contudo, na prática, continuamos nos deparando com compreensões fragmentadas que, ao realçarem uma dimensão do fenômeno, apontam para vazios que resvalam para o sentimento de impotência diante desses fenômenos. Qual seria, então, o caminho a percorrer para dar conta desses vazios que ainda geram incômodo? Poderia investigar e discutir com profissionais cuidadores que atuam na rede de assistência à mulher em situação de violência, acerca de suas compreensões, o que provavelmente não responderia às minhas inquietações, provenientes de meu caminhar nesse campo das relações humanas, tão perturbador e assustador. Por isso, a motivação para refletir e oferecer uma compreensão a partir desse trabalho, na expectativa de que este olhar possa contribuir no cuidar dessas questões.

Assim, interessa como objetivo principal compreender o modo como o sofrimento decorrente da violência se desvela a partir das relações íntimo-afetivas que se apresentam no contexto de uma Delegacia da Mulher. O modo como nomeio o

presente trabalho – *Violência e sofrimento nas relações íntimo-afetivas: possibilidades compreensivas no contexto de uma Delegacia da Mulher* - reflete como pretendo tratar o objeto de interrogação desta pesquisa, na busca de conhecê-lo e compreendê-lo. Parto do lugar de cuidadora, inquietada pela seguinte questão: como escutar e acolher esse sofrimento? Essa questão, que teve origem a partir de minha ação como cuidadora, faz germinar outras indagações que lanço como cerne para o presente trabalho: como compreender a violência nas relações íntimo-afetivas no momento atual? Como é experienciado o sofrimento decorrente da violência em tais relações?

Vale ressaltar que escolhemos olhar a violência por um ponto de vista relacional. Por isso, apesar de compreendermos que na maioria das vezes a violência é perpetrada pelos homens contra as mulheres, decidimos não utilizar o termo “violência contra a mulher” por considerarmos que o discurso pautado na ideia binária “*vítima versus agressor*” traz implicações às práticas de cuidado e às possibilidades compreensivas, como será aprofundado mais adiante. Além disso, consideramos relevante pensar o sofrimento decorrente da violência na contemporaneidade, pois as próprias condições de vida contemporâneas parecem dar um contorno e um contexto específicos a diversos modos de sofrimento, inclusive àqueles decorrentes da violência.

Nesse sentido, busquei delinear os capítulos do seguinte modo: no primeiro, trago algumas discussões sobre a contemporaneidade, sobretudo a partir da contribuição de Martin Heidegger; no segundo capítulo apresento como o sofrimento e a violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres é abordado pelas políticas públicas criadas para o seu enfrentamento, com realce para uma outra possibilidade de compreensão de tais relações; no terceiro capítulo apresento o meu percurso metodológico e o último capítulo é dedicado à análise dos resultados da pesquisa.

1 Tramas Contemporâneas: um Olhar sobre a Essência da Técnica como Possibilidade para Compreender a Violência

Segundo Agamben (2009), uma reflexão sobre o contemporâneo implica simultaneamente pertencer e estar deslocado do tempo ao qual se lança um olhar. Nas palavras do autor, “a contemporaneidade (...) é uma singular relação com o tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias” (p. 59). Perceber o escuro, como se refere o autor, através das luzes que o nosso tempo deixa entrever, é a tarefa do pesquisador que se propõe a compreender os sentidos que brotam num tempo que, por ser presente, jamais se deixa apreender.

Nessa direção, como podemos caracterizar a contemporaneidade para compreendê-la enquanto contexto no qual o sofrimento decorrente da violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres se desvela? Sabemos que essa é uma tarefa complexa e que qualquer tentativa não esgotará o amplo leque de possibilidades interpretativas a respeito do assunto. Embora não seja nosso objetivo o aprofundamento nessa temática, consideramos necessário refletirmos criticamente sobre o tempo presente.

Desse modo, o presente capítulo percorre um caminho que à primeira vista parece se afastar do nosso tema de pesquisa, mas que consideramos necessário no sentido de oferecer um contexto às questões que ora desejamos trabalhar. O olhar que nos norteia o raciocínio provém principalmente das reflexões de Martin Heidegger (1889-1976) a respeito da essência da técnica moderna. Nessa direção, dialogamos com autores que comungam das ideias deste filósofo ou traçam percursos de pensamento semelhantes e passíveis de aproximação, tais como Duarte (2009; 2010), Sousa Santos (1996), Critelli (1996; 2002), Michelazzo (2000), Rocha (2001), dentre outros.

1.1 Contextualizando a contemporaneidade

Para Heidegger, citado por Duarte (2010, p. 18), “cada época histórica se constitui não por meio da referência convencional à cronologia, mas como a resposta humana, diferente a cada vez, a um envio do destino (*Schickung des Geschinckes*), a um determinado modo do desocultamento dos entes em seu ser”. Ao longo da história da humanidade é possível analisarmos diversos paradigmas epistemológicos e sociais que fundamentaram modos de desvelamento do ser. Dentre estes paradigmas, a modernidade se desvela como contexto no qual ainda se faz possível compreender os modos de vida atuais. Costuma ser compreendida como um período histórico caracterizado por uma visão de mundo marcada pela transição teórica empreendida por Descartes (1596 – 1650), e pelo advento da autonomia da razão. Essa visão de mundo constitui um projeto epistemológico que teve grandes repercussões filosóficas, sociais, políticas, culturais e econômicas, sobretudo às sociedades ocidentais.

Segundo Sousa Santos (1996), o projeto sociocultural da modernidade constituiu-se entre o século XVI e finais do século XVIII, na mesma época em que o capitalismo emergia como modo de produção dominante nos países da Europa participantes da primeira grande onda de industrialização. O autor destaca dois pilares fundamentais em que esse projeto se sustenta, o pilar da regulação e o pilar da emancipação social.

Para Sousa Santos (1996), o projeto sociocultural da modernidade é ambicioso e revolucionário, dado a sua riqueza e complexidade de ideias. O autor analisa, no entanto, que o projeto traz em sua lógica teórica o cerne de sua própria contradição e a impossibilidade de cumprir todas as suas promessas. A contradição parece residir no

fato de tantas possibilidades contemplarem tanto o excesso das promessas quanto o déficit em seu cumprimento.

O excesso e o déficit descritos por Sousa Santos (1996) estão ligados ao fracasso no equilíbrio almejado entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação. Apesar de propor o equilíbrio entre os dois pilares, a trajetória desse projeto demonstrou “a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias” (p. 93). O autor se refere a esse fenômeno como a grande armadilha a que a modernidade nos destinou, e por isso aponta a necessidade de novos paradigmas.

Os riscos a que incorremos estão relacionados, sobretudo, à racionalização global da vida coletiva e individual, da vida social prática e cotidiana. Com o advento da ciência, a razão tecnológica adquire status de grande valor, uma vez que é a técnica que confirma e legitima na prática os discursos de verdade da ciência a partir das transformações que gera na natureza e na sociedade. Sobre isso, Sousa Santos (1996, p. 91) discute que

(...) a modernização científico-tecnológica e neoliberal alastra hoje, paradoxalmente, na mesma medida em que alastra a sua crise, certificada por aquilo que parecem ser as suas consequências inevitáveis: o agravamento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto a nível nacional como a nível mundial; a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta.

Nesse sentido, inevitavelmente a racionalidade tecnológica e capitalista parece afetar as nossas relações sociais a partir do momento em que aprimora as técnicas de dominação, opressão e controle. O trabalho humano se torna mercadoria, usufruído

segundo as necessidades do mercado. As próprias relações se tornam comerciais, vazias de significação, descartáveis.

Até aqui apresentamos rapidamente uma visão sociopolítica sobre a modernidade. Passaremos agora a um possível “diagnóstico da modernidade” a partir de reflexões filosóficas, priorizando o pensamento de Heidegger, filósofo que pode ser considerado um crítico deste tempo ao qual denominou a Era da Técnica. Os estudiosos de Heidegger referem-se a essa época de seu pensamento como Heidegger tardio ou 2º Heidegger. Contudo, para compreendermos esse momento de seu pensamento, faz-se necessário, antes, abordarmos as concepções de homem e de mundo trazidos em sua obra principal “Ser e Tempo”, publicada em 1927.

1.1.1 Analítica existencial de Heidegger: a constituição existencial do *Dasein*.

A problematização filosófica de Heidegger perante o século XX consiste em pensar o problema do ser. Assim repõe o problema da existência pela perspectiva fenomenal, pela via da analítica existencial. Para tanto, Heidegger (2012) compreende o homem como *Dasein* (também chamado de ser-aí, presença), único ente para o qual ser lhe foi dado. É também o único ente que interroga o próprio ser. A filosofia chama de ente tudo aquilo que existe, no sentido de *existentia*, ou seja, *ser simplesmente dado*. Diferentemente dos demais entes, é exclusividade do *Dasein* a existência como determinação ontológica. O *Dasein* é um ente especial, pois ao mesmo tempo é abertura para o desvelamento do ser (ontologia) e é também o mundo em que o modo de ser dos entes nos vem (ôntico). Assim, o ser do homem consiste em estar referido a possibilidades enquanto abertura e compreensão de ser, lançado no mundo como projeto irrealizável, afetivamente disposto e factualmente situado. Nesse sentido, o homem é o

único ente marcado por indeterminação, negatividade, ou seja, pela impossibilidade de possuir determinadas propriedades ou configurações. Segundo Heidegger (2012, p. 85), “as características constitutivas da presença são sempre modos possíveis de ser e somente isso”. Além disso, “o ser, *que está em jogo* no ser deste ente, é sempre meu (...) a presença nunca poderá ser apreendida ontologicamente como caso ou exemplar de um gênero de entes simplesmente dados” (p. 86). Desse modo, cada presença é singular, sendo o homem constitutivamente compreendido como poder-ser.

Assim, sendo, o ser-aí é entregue à responsabilidade pelo seu ser. De acordo com Heidegger (2012), “o ente, em cujo ser, isto é, sendo, está em jogo o próprio ser, relaciona-se e comporta-se com o seu ser, como a sua possibilidade mais própria” (p. 86). Os modos de o *Dasein* relacionar-se com o seu ser são designados por Heidegger (2012) de impropriedade e propriedade: “a presença existe sempre num desses modos, mesmo quando existe numa indiferença modal para com esses modos” (p. 96). O *Dasein* é sempre existencialmente convidado a apropriar-se de seu ser, portanto é cuidado. Na impropriedade, o *Dasein* se encontra afastado deste ser que é sempre seu, imerso na cotidianidade mediana, vivendo ao modo da publicidade e seguindo o discurso do mundo. Não há nada de negativo nessa acepção de impropriedade, trata-se apenas de uma das possibilidades existenciais do *Dasein*, “a impropriedade pode determinar toda a concreção da presença em suas ocupações, estímulos, interesses e prazeres” (p. 86).

Para Heidegger, o mundo não se origina num sujeito auto-fundante, o que acontece com o homem está intimamente entrelaçado com suas experiências no mundo. Sendo assim, a dimensão que constitui o *Dasein* é ser-no-mundo. Estar-aí como ser-no-mundo indica o sentido de existência situada no mundo-com-os-outros. O homem não é previamente constituído, constrói-se no mundo em relação aos outros entes e a si

mesmo, porquanto é abertura e doação de sentido. O mundo é compreendido como horizonte hermenêutico originário, horizonte e descerramento de sentido. Em tal compreensão, o mundo é um existencial – é uma dimensão própria do estar-aí, não é uma determinação do ente oposta ao estar-aí, não sendo compreendido como representação. Heidegger (2012) explica que “a expressão composta ‘ser-no-mundo’, já na sua cunhagem, mostra que pretende referir-se a um fenômeno de *unidade*” (p. 98). Ou seja, o homem e o mundo são cooriginários. O mundo não deve ser compreendido como um espaço, pois o homem não está dentro do mundo, constitui-se neste. Heidegger, inclusive, vai dizer que o mundo não nos hospeda tal qual o faz com os demais entes, a experiência do homem no mundo é invariavelmente de desalojamento, ele é lançado em um mundo no qual as coisas não são originalmente “em si” – estão em relação com o homem como instrumentos – o seu ser está constitutivamente em relação com o ser projetante do estar-aí.

Nessa direção, o homem só pode ser compreendido no mundo, “o ser-no-mundo não é uma ‘propriedade’ que a presença às vezes apresenta e outras não, como se pudesse *ser* igualmente com ela ou *sem* ela” (p. 103). O ser-no-mundo é, segundo Heidegger (2012), uma “modalidade” existencial do ser-em. O modo do homem existir no mundo se dá por meio da ocupação, da compreensão e do discurso. Além disso, o homem sempre está no mundo a partir de determinada disposição afetiva. É necessário atentar que

A investigação fenomenológica de Heidegger é de caráter ontológico, isto é, busca as determinações essenciais do ser dos entes. Dessa maneira, pretende sempre situar-se aquém do plano empírico ou ôntico (dos entes) e constituir-se na condição de possibilidade do mesmo. Assim, as estruturas ontológicas

explicitadas na análise do *dasein* [*sic*] (como ocupação, disposição, compreensão, discurso) não devem ser confundidas com aqueles que seriam os seus correlatos ônticos ou empíricos (afeto, desejo, conhecimento, linguagem) – na verdade, tais estruturas são a fundamentação existencial dos mesmos. (Barbosa, 1998, p. 3)

Para Heidegger (2012), “a presença é um sendo, que em seu ser relaciona-se com esse ser numa compreensão” (p. 98). Compreender é o modo como o homem existe no mundo, vinculado às possibilidades de sentido, ao projeto de horizonte onde algo pode acontecer. Existimos dando sentido ao mundo que, de algum modo, guarda sempre algo de familiar, de pré-tematizado. Tal pré-compreensão é ontológica, dada de forma imediata, desvinculada de qualquer representação prévia. Toda forma de conhecimento se constitui pela estrutura existencial da compreensão. A ocupação diz respeito ao modo como o ser-aí se encontra no mundo, como ser-em e ser-com. Desde sempre estamos no mundo, afetados por este, ocupando-nos com os entes e com os outros *Dasein*. Tal abertura se dá num encontrar-se, isto é, estar envolvido afetivamente de alguma maneira: o compreender é sempre afetivo, mantendo-se sempre como uma possibilidade existencial. Dentre as disposições afetivas mais fundamentais, podemos destacar a angústia, abertura privilegiada da presença, da qual falaremos mais adiante.

Interessa-nos situar a compreensão existencial do *Dasein* na Analítica Existencial de Heidegger como preparação para as discussões que serão apresentadas a seguir, já que a questão sobre o ser o acompanhou durante toda a sua obra, sendo apresentada no seu pensamento tardio como “esquecimento do ser”, condição que possibilita pensar a questão da técnica, temática de interesse para a questão que norteia a presente pesquisa.

1.1.2 A Questão Da Técnica

De acordo com Duarte (2010), a questão da técnica começou a ser trabalhada por Heidegger a partir dos anos 1940 em diversos textos, mas sua principal análise se encontra no ensaio “A questão da técnica” (1997), o qual foi publicado originalmente na coletânea *Vorträge und Aufsätze* (1954). Esse período corresponde ao pensamento tardio de sua obra, contextualizado num mundo que se encontrava em plena Segunda Guerra Mundial.

Embasados pelo olhar de Heidegger, em seu pensamento tardio, Dantas, Sá e Carreiro (2009, p. 2) discorrem que “em nosso cotidiano, a maior parte das atividades – sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais – busca orientar-se a partir de um mesmo critério de legitimação: a razão tecnológica”. Destarte, a técnica não apenas instrumentaliza e oferece um modo de pensar ao homem, mas funda modos de ser, de habitar o mundo, de relacionar-se com os outros entes (Critelli, 1996).

Para Duarte (2010), “vivemos em uma época em que a valorização e o incentivo da vida se fazem acompanhar da depreciação e do descarte dessa mesma vida” (p. 2). Esta afirmação revela as ambiguidades em que estamos envolvidos em nosso tempo. Tais contradições que a modernidade vem apresentando são inquietantes, pois na mesma medida em que a racionalidade técnico-científica que domina os modos de vida atuais nos faz conviver com promessas de felicidade, beleza e liberdade, assistimos a um crescente controle tecnológico da vida social, à propagação das guerras, a uma desmedida violência cotidiana, à devastação da natureza.

Ao buscar compreender criticamente o tempo presente, Duarte (2010) nos conduz, a partir de Heidegger, a um diagnóstico filosófico da modernidade. Alerta que tudo o que este pensador pode nos oferecer como subsídio para refletirmos sobre o

nosso tempo, só o poderá fazer a partir da filosofia, e mais essencialmente a partir da questão que mobilizou toda a sua obra, que é a questão do ser. Segundo Duarte (2010, p. 14), “Heidegger não é um filósofo da política ou da história, mas um pensador ocupado exclusivamente com a questão filosófica do ser”.

A partir da perspectiva de Heidegger, podemos pensar a modernidade como época determinada por certa compreensão do ser. O que caracterizaria essa época e que relações podemos estabelecer com a questão da violência? Para o referido filósofo, a modernidade pode ser caracterizada como a época da fuga dos deuses, de obscurecimento do mundo, da massificação do homem e destruição da terra. Segundo Duarte (2010),

Nessa primeira caracterização filosófica da modernidade, Heidegger procurava pensar o fundamento metafísico de certos acontecimentos ônticos do mundo contemporâneo, tais como: a exploração técnica e econômica de todas as regiões do globo; a transformação do tempo como história, em meio à acessibilidade imediata de todo e qualquer acontecimento; a perda de distinção ou hierarquia entre os acontecimentos históricos, de modo que o anúncio de um concerto sinfônico em Tóquio e um atentado contra um rei na França assumem a mesma relevância; a transformação de esportistas em ídolos e grandes homens de seu país etc. (p. 22)

Nessa direção, Heidegger (2007) argumenta que “a essência da técnica não é nada de técnico” (p. 396). Para compreendermos esta acepção, precisamos nos lembrar de que o sentido da essência da técnica para Heidegger está relacionado à história do ser (*Geschichte*), enquanto metafísica (Michelazzo, 2000). Ou seja, diz respeito a uma época

marcada pelo esquecimento do ser empreendida pelo pensamento metafísico. Segundo Critelli (2002), o início dessa tendência técnica se remete à Antiguidade, com Platão e Aristóteles: “esclarecer essa indicação nos obriga a voltar às questões primárias e primordiais da filosofia: as interpretações de ente e ser” (p.85). A autora explica que não há discordâncias no pensamento filosófico sobre o que significa o ente, sendo este “tudo o que tem manifestação, concreta e tangível, ou abstrata, incorpórea, virtual” (p. 85). Contudo, no que tange ao ser não há uma unidade de pensamento na Filosofia, mas posições divergentes, e é precisamente essa discussão que possibilita constituir a Filosofia como ciência. Nesse sentido, Critelli (2002, p. 85) discorre que

Segundo Heidegger, desde Platão e Aristóteles teve início uma época no Ocidente cuja tendência foi a de demarcar e firmar um acordo tácito sobre uma interpretação a respeito do ser: que o ser é a noção, o juízo, o conceito do ente. Desde então, ser é tomado e tratado como uma ideia dos entes, de sua identidade, portanto, sua definição. Mas definição que é construída através de um método (indução e dedução) e comprovada logicamente (as provas da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído).

Nessa “entificação” do ser residem as críticas de Heidegger ao pensamento metafísico. O sentido do ser para este filósofo não pode ser determinado, atribuindo-lhe um ente (Heidegger, 2012). No entanto, na Idade Moderna, a partir de Descartes, o esquecimento do ser foi se agravando e, desde então, o conceito dos entes é “alterado em favor da observação, classificação, generalização, previsão e controle dos entes - obras do cálculo da Razão” (Critelli, 2002, p. 86). Deste modo, ao empreender tal movimento de certificação do ente, a técnica se constitui como esvaziamento de todo

ser, e, portanto, de todo mistério. Dá-se uma condição de desencantamento, uma vez que nada mais há de misterioso; tudo é claro, direto, evidente. A técnica, nesse sentido, parece ser niilizante.

Para Heidegger (2000), a razão tecnológica demarca um modo de pensar calculante que não medita sobre o sentido das coisas². Assim, o filósofo afirma que “a nossa época é ameaçada pela perda do enraizamento” (p. 17). Depreende-se um esvaziamento de sentido na medida em que o mundo se reduz a “um objeto sobre o qual o pensamento que calcula investe, nada mais devendo poder resistir aos seus ataques” (p. 19). Este modo de pensar calculante almeja o controle e a previsibilidade da vida com vistas à segurança da existência, indo de contramão ao pensamento de Heidegger, que compreende a experiência humana da vida em sua fluidez constante e mutabilidade (Critelli, 1996).

É válido ressaltar que Heidegger (2000) reconhece a importância do pensamento calculante, mas chama a atenção para a importância do pensamento que medita, considerando imprescindíveis os dois modos de pensar, como possibilidade de superar a hegemonia do paradigma cartesiano e, assim, almejar outro modo de pensar. Precisamos do pensamento que calcula, na mesma medida em que precisamos do pensamento que medita para que possamos estar sempre refletindo sobre o sentido das coisas, e não somente caracterizando, medindo, calculando.

² Para clarificar o sentido de pensamento que calcula e pensamento que medita, consideramos interessante destacar a seguinte citação de Heidegger em sua obra *Serenidade* (2000, p. 13): “O pensamento que calcula (*das rechnende*) faz cálculos. Faz cálculos com possibilidades continuamente novas, sempre com maiores perspectivas e simultaneamente mais econômicas. O pensamento que calcula corre de oportunidade em oportunidade. O pensamento que calcula nunca para, nunca chega a meditar. O pensamento que calcula não é um pensamento que medita (*ein besinnliches Denken*), não é um pensamento que reflecte (*nachdenkt*) sobre o sentido que reina em tudo o que existe. Existem, portanto, dois tipos de pensamento, sendo ambos à sua maneira, respectivamente, legítimos e necessários: o pensamento que calcula e a reflexão (*Nachdenken*) que medita.”

A grande preocupação de Heidegger, conforme podemos apreender em sua obra “Serenidade” (2000), trata da questão de estarmos vivendo em meio a uma verdadeira transformação técnica, sem nos darmos conta, através do pensamento que medita, do que realmente está a emergir e, conseqüentemente, não sabermos lidar com isso. Nesse sentido, Heidegger afirma que realmente inquietante não é o mundo estar se tornando cada vez mais técnico, mas o fato de o homem não estar preparado para compreender a proporção e o sentido de tais transformações empreendidas pela razão tecnológica.

Nessa direção, faz-se necessário resgatar o pensamento que medita, uma vez que na era da técnica este vem sendo ofuscado pelo pensamento que calcula. Segundo Heidegger (2000, p. 11), “a ausência-de-pensamentos é um hóspede sinistro que, no mundo actual, entra e sai em toda a parte”.

(...) a revolução da técnica que se está a processar na era atômica poderia prender, enfeitiçar, ofuscar e deslumbrar o Homem de tal modo que, um dia, o pensamento que calcula viesse a ser o *único* pensamento admitido e exercido. Então, que grande perigo se aproxima? Então a máxima e mais eficaz sagacidade do planeamento e da invenção que calculam andaria a par da indiferença para com a reflexão, para com a ausência total de pensamentos. E então? Então o Homem teria renegado e rejeitado aquilo que tem de mais próprio, ou seja, o facto de ser um ser que reflecte. Por isso o importante é salvar essa essência do homem. Por isso, o importante é manter desperta a reflexão (Heidegger, 2000, p. 26).

Entrementes, não se trata de negar a técnica, pois “seria ter vistas curtas querer condenar a técnica como obra do diabo” (p. 23). Mas, a partir do caminho da reflexão,

podemos estabelecer uma relação mais tranquila com a técnica, sem “investir às cegas contra o mundo técnico” (p. 23) e, tampouco, sem nos deixar escravizar pelos objetos técnicos. A esta atitude do sim e do não simultâneos em relação ao mundo técnico, Heidegger (2000) designou com uma palavra antiga: *a serenidade para com as coisas (die Gelassenheit zu den Dingen)*. A partir da serenidade para com as coisas e da abertura ao mistério, poderá ser possível nos conduzirmos a um novo solo e a novas raízes.

Dantas, Sá e Carreteiro (2009, p. 4) refletem que “quanto mais a modernidade se afirma como realização cultural do modo calculante de correspondência ao sentido, mais realiza também, sem o querer, a experiência das limitações desse modo de abertura”. É nessa direção que a compreensão da essência da técnica trazida por Heidegger nos é importante. A sua atenção está voltada para o modo de ser da técnica, seu pensamento não está preocupado em avaliar positiva ou negativamente os próprios aparelhos técnicos. Assim sendo, Heidegger rompe com a concepção ingênua da técnica, que a enxerga apenas em sua possibilidade de uso e instrumentalidade, para questioná-la em sua essencialidade, num caminho de reflexão sobre as condições de possibilidades que lançam as bases fundamentadoras de um mundo cada vez mais técnico.

A técnica não é a mesma coisa que a essência da técnica. Quando procuramos a essência da árvore, devemos estar atentos para perceber que o que domina toda árvore enquanto árvore não é propriamente uma árvore, possível de ser encontrada entre outras árvores. Assim, pois, a essência da técnica também não é de modo algum algo técnico. E por isso nunca experimentaremos nossa relação para com a sua essência enquanto somente representarmos e propagarmos o que

é técnico, satisfizermo-nos com a técnica ou escaparmos dela. Por todos os lados, permaneceremos, sem liberdade, atados à ela, mesmo que a neguemos ou a confirmemos apaixonadamente. Mas de modo mais triste estamos entregues à técnica quando a consideramos como algo neutro; pois essa representação, à qual hoje em dia especialmente se adora prestar homenagem, nos torna completamente cegos perante a essência da técnica (Heidegger, 2007, p. 375).

Segundo Duarte (2009), o que importava para Heidegger era mostrar como “os aparatos tecnológicos nos empregam e utilizam, no sentido de que pré-determinam não apenas nosso ser, o modo como somos atualmente, mas também o horizonte no qual podemos nos relacionar com tudo o que há no mundo, incluindo-se aí as outras pessoas” (p. 15).

Faz-se necessário compreender o modo de desvelamento da técnica moderna como sendo diferente da *poíesis*. Esta última se dá no sentido de uma produção que emerge de uma não-presença à presença. Michelazzo (2000) explica que “todo artesão ou poeta produzia, não porque só fabricava utensílios ou fazia poesia, mas, antes, porque cada um deles era capaz de trazer à luz alguma coisa por meio do seu ‘produto’” (p. 98). Nesse sentido, o fazer e o produzir se dão na direção de um desabrochar daquilo que é broto e tem possibilidade de se desvelar, fazer-se vir à presença. Por isso, o autor afirma que a técnica, compreendida na direção apontada acima, é um modo de desvelamento da verdade (*alétheia*). Segundo Michelazzo (2000), para Heidegger a essência da técnica também é um desvelamento, mas não se dá no modo da produção, como *poíesis*, e sim enquanto uma provocação. Desse modo, o autor retrata que a técnica se relaciona com a natureza, provocando-a, “obrigando-a de todos os modos a liberar suas forças e energias” (p. 98).

Michelazzo (2000) prossegue elucidando que, para Heidegger, há duas maneiras de se obter os favores da natureza. A primeira maneira se dá pelo uso de tecnologias brandas que aproveitem os recursos naturais dentro de suas possibilidades energéticas. É o caso do moinho de vento que, ao invés de provocar a natureza, recolhe a energia do ar em movimento, recebe sua força, sem aprisioná-la, e até mesmo coopera com o vento, revelando-o em sua essência. Nesse sentido, trata-se de uma atitude de sementeira/doação e colheita/aceitação. A segunda maneira de se obter os favores da natureza se dá através do uso de tecnologias pesadas, que exploram os recursos até a última consequência, no intuito de obter o máximo possível de produção. Os campos são transformados em indústrias de alimentação. As usinas hidrelétricas, ao invés de estarem dentro dos rios, barram os rios nelas. Desse modo, “a usina, diferentemente do moinho de vento, não revela o rio, esconde-o, descaracterizando as suas margens, (...) reduzindo suas águas à condição de simples fornecedoras de pressão hidráulica para o funcionamento de suas turbinas” (Michelazzo, 2000, p. 99).

Nas palavras de Heidegger (2007),

A riqueza da terra desabriga-se agora como reserva mineral de carvão, o solo como espaço de depósitos minerais. De outro modo se mostrava o campo que o camponês antigamente preparava, onde preparar ainda significava: cuidar e guardar. O fazer do camponês não desafia o solo do campo. Ao semear a semente, ele entrega a sementeira às forças do crescimento e protege seu desenvolvimento. Entretanto, também a preparação do campo entrou na esteira de um tipo de preparação diferente, um tipo que *põe <stellt>* a natureza. Esta preparação põe a natureza no sentido do desafio. O campo é agora uma indústria de alimentação motorizada. O ar é posto para o fornecimento de nitrogênio, o

solo para o fornecimento de minérios, o minério, por exemplo, para o fornecimento de urânio, este para a produção de energia atômica, que pode ser associada ao emprego pacífico ou à destruição (p. 382).

Faz-se possível aqui abrir um parêntese e observar, considerando o objetivo de nosso trabalho, que a descrição heideggeriana da técnica parece trazer consigo uma relação direta entre técnica e violência. Essa relação pode ser compreendida a partir da transformação de tudo em produto técnico, possibilitada pelo modo de pensar, apontado por Heidegger como dominante na modernidade. Estruturalmente, a essência da técnica é violenta por se tratar de uma produção incessante, que não se preocupa com os produtos, nem com os ciclos próprios de cada ente ou situação, impondo um ritmo de produção de fora, sem respeito ao tempo necessário para cada coisa acontecer. Assim, a técnica moderna pode ser compreendida como compulsividade, que não obedece mais a nenhuma condição.

A essência da técnica é violenta exatamente por essa provocação demonstrada acima na citação de Heidegger (2007), que nada mais é do que a exploração desmedida do real e da natureza, forçando-lhes a revelar seus fundos de energia, extraíndo-lhes todas as forças, bens e recursos a serviço do maior lucro possível. Segundo Duarte (2009, p. 17), “o perigo supremo reside em que o dispositivo, a essência da técnica moderna, pode ofuscar e apagar todos os demais modos possíveis do desocultar que ainda hoje preservam o mistério da própria irrupção (...)”.

Mas, em que medida esse modo de desvelamento enquanto provocação afeta o homem e o envolve numa trama violenta? Michelazzo (2000) observa que quem interpela o real e o provoca para que libere as energias do seu fundo de reserva é o homem, mais evidentemente, e nem mesmo ele escapa desta provocação, posto que

acaba por fazer parte deste fundo como material ou recurso humano. O autor acrescenta, ainda, que por outro lado, menos evidente, “o real também provoca o homem, na medida em que aquele esconde as suas energias e desafia este a encontrá-las” (p. 99).

Podemos ainda complementar esse pensamento através do que reflete Critelli (2002): “A esse poder de interpelação produtora está subordinado tudo o que é e pode ser: o existir diário dos homens, as ciências, a indústria e a economia. Ele obriga a uma equalização de todos os pontos de nosso universo, obriga a uma civilização planetária (...)”. Nessa mesma direção, Duarte (2009) afirma que

Compreender o homem contemporâneo como um funcionário da técnica é, portanto, entendê-lo como continuamente demandado por ela, em vez de pensá-lo como seu agente e controlador. O homem moderno não controla a técnica e nem pode controlá-la, visto que a técnica, pensada em sua essência, não é um simples conjunto de instrumentos ou meios técnicos, mas configura a *abertura ontológica* na qual os entes fazem sua aparição no nosso tempo (p. 14).

Esse contexto oferece as condições de possibilidade para um obscurecimento do mundo, na medida em que, como já dito, há um esvaziamento de sentido, fruto da determinação do ser. Sobre isso, Duarte (2010, p. 21) afirma que o mundo se torna “superficial e ‘sem profundidade’, um mundo de simulacros multiplicados instantaneamente, um mundo de superfície plana, desprovida de raiz ou referencial ontológico, desprovido de meditação ponderada”. Vivemos num mundo onde tudo está previamente dado ao homem, todas as coisas partem de um cálculo e de uma representação que não dão margens à criação, a espaços em que o ser das coisas possa

se desvelar de maneiras diversas. Num lugar onde a verdade de tudo o que há já está incrustada nas coisas mesmas numa espécie de *a priori*, há pouca abertura para o pensamento, para o questionar.

Dentre os fenômenos que Heidegger julga advindos da essência da técnica e dessa ausência de pensamento, destaca-se a massificação do homem. Produzem-se homens em série, aprisiona-se o pensar e a diversidade de sentidos, num mecanismo voraz de produção e consumo do qual o homem não escapa.

Mesmo isoladas, as pessoas fazem parte da massa e o dado de reunião, agora, é o fato de pertencerem a uma multidão indiferenciada de pessoas que possuem as mesmas opiniões, têm os mesmos gostos, compram e consomem as mesmas coisas, leem os mesmos jornais, seguem as mesmas regras de conduta, vão aos mesmos lugares – enfim, tal como estabelece o poder anônimo dos chamados veículos de comunicação de massa (Michelazzo, 2000, p. 105).

Nessa direção, Morato (2007, p. 2) chama a atenção para os modos de ser cada vez mais estáticos e estagnados que vem sendo constituídos na contemporaneidade, frutos da redução do espaço para a manifestação de modos outros de subjetivação. Segundo a autora, esse modo de constituição que se dá na conjuntura da vida contemporânea limita possibilidades de transformação do social e do coletivo. Na realidade, esse contexto restringe também as possibilidades de singularização e de aceitação da alteridade.

1.2 Violência e Mal-estar na Contemporaneidade

Tudo o que expomos até aqui nos ajuda a ter uma compreensão do mal-estar contemporâneo. É importante analisar, ainda, que a crescente valorização da técnica e consequente objetificação da vida e das pessoas parece exacerbar uma condição de desamparo e a solicitação de suporte e segurança. Com a morte de Deus, decretada pelo pensamento pós-metafísico, as tradições fundadas nos valores da civilização ocidental moderna, bem como as decorrentes da religião, perdem o sentido, provocando um desenraizamento e, conseqüentemente, lançando o homem soberano “sem qualquer proteção às agruras do mundo” (Birman, 2006, p. 50), em outras palavras, deixando-o à própria sorte. Michelazzo (2000) ratifica esse pensamento ao argumentar, a partir de Heidegger que, “com este terceiro fenômeno – a fuga dos deuses, incorporado aos anteriores, a devastação da terra e a massificação do homem – o mundo obscurecido torna-se mais indigente e se aproxima ainda mais do abismo” (p. 109). O abismo a que o autor se refere é a falta de fundamento que dá sentido às coisas e aos homens.

Nesse sentido, podemos compreender a partir de Birman (2006) que a construção da modernidade implicou uma exacerbação da experiência de desamparo. Segundo o autor, uma análise acurada desta condição pode nos ajudar a compreender diversas modalidades de sofrimento psíquico na atualidade, que se originam na necessidade das pessoas dominarem este desamparo. Nesse contexto, podemos nos questionar: a violência que vem se destacando na contemporaneidade pode se desvelar como um modo possível do ser humano estar no mundo diante dessa condição de desamparo?

Para Vázquez (1999), o desamparo pode ser compreendido numa perspectiva heideggeriana como qualquer outra disposição afetiva, enraizada no ser-no-mundo como existencial e própria do modo de ser do *Dasein*. Trata-se, portanto, de uma estrutura ontológica fundamental do homem, tal qual a angústia. Assim sendo, o

desamparo é próprio da nossa condição de estar no mundo, de ser lançado, sem garantias de segurança. Existir é inevitavelmente doação e entrega, um salto no abismo, e o desamparo é, assim, constitutivo do próprio existir. As manifestações ônticas do desamparo por vezes buscam tamponar vazios e tornar hospitaleiro um mundo que se apresenta inóspito, porquanto jamais poderá oferecer pertença confiada e segurança. Critelli (1996) ratifica esse pensamento:

A vida humana não tem, em relação a coisa alguma, a possibilidade de uma pertença “confiada”. É um viver sem perfeita entrega ou confiança, por obra de uma condição na qual ser foi dado ao homem, e não por qualquer dúvida casual ou metodológica. Não podemos confiar em sossegado abandono, porque de tudo irrompe a falha, a falta, a quebra de sentido e de significações. A experiência humana da vida é, originariamente, a experiência da fluidez constante, da mutabilidade, da inospitalidade do mundo, da liberdade, a segurança não está em parte alguma. E isto não é uma deficiência do existir como homens, mas sua condição, quase como sua natureza. (p. 19)

Nesse sentido, a angústia e o desamparo caminham juntos, embora tenham sentidos diferentes. De certo modo, a angústia irrompe ao nos apropriarmos de nossa condição de desamparo. Para Boss (1977), a angústia se remete fundamentalmente ao medo da morte, da perda de si, do não-poder-mais-estar-aqui. Em face ao ser-para-a-morte, inevitável, o ser humano se angustia. Por meio da angústia, experiencia uma sensação de desalojamento, de ser/estar desabrigado. Esse sentimento de estranheza, de nadificação, de sentir-se fora de casa presente na angústia, retira o homem de sua aparente segurança e bem-estar no mundo (Vazquez, 1999). Nesse sentido, a angústia

revela ao homem a possibilidade de resgate da fuga decadente, em que se encontra em meio à publicidade, à cotidianidade mediana, oferecendo a propriedade e a impropriedade como possibilidades de seu ser. Assim, a angústia parece ser uma espécie de “termômetro da existência”, desvelando, na medida em que se intensifica, a nossa única tarefa existencial: cuidar de ser.

Partindo desse pressuposto, há lugar para acolher e dar passagem à vivência da angústia e do desamparo na era da técnica? Sabemos que se trata de disposições afetivas de caráter ontológico e que, portanto, independem da vontade e do controle humanos. Segundo Critelli (1996, p. 22), “o que é originário do modo de ser humano, por mais acobertado e represado que seja, é reivindicante sempre e irrompe, sutil ou violento, nos momentos e circunstâncias os mais inesperados”. Se retomarmos todo o nosso percurso de pensamento, podemos questionar: no modo de ser moderno e tecnicista há espaço para o acolhimento e apropriação da experiência da angústia e do desamparo? Sobre isso, Dantas, Sá e Carreteiro (2009) discorrem que

Seja pelo consumismo imediatista e irrefletido e/ou pelo planejamento e pelo controle exacerbados, os modos contemporâneos de corresponder às incertezas essenciais do ser-aí humano não conseguem integrar de forma adequada algumas das experiências mais fundamentais deste existir, tais como a dor, o amor, a liberdade e a morte. (p. 2)

Desse modo, na medida em que os modos de vida modernos se tornam cada vez mais desenraizantes e não dão espaço para um poder-ser-mais-próprio, parece se exacerbar a experiência de desamparo que, hora ou outra, pode irromper até mesmo como violência.

Rocha (2001), ao problematizar a violência e a crise ética de nossos dias, também nos ajuda a pensar essas questões. Para este autor, a violência sempre existiu, existe e existirá entre os homens, uma vez que pode ser compreendida como uma das errâncias do desejo e da liberdade. Discorre que “em última análise, esta sombra pode metafisicamente ser articulada tanto ao não-ser que habita o nosso ser finito quanto, sobretudo, ao fato de ter o homem entrado no mundo livre e indeterminado”. Rocha (2001) explica que, diferentemente do animal, que já nasceu feito e, portanto, não corre riscos de “extraviar-se ou de perder-se nos caminhos que lhe foram traçados pela Natureza” (p. 306), o homem por ser livre e indeterminado corre esse risco.

Sendo assim, no que consiste a violência? De acordo com Rocha (2001), essa é uma pergunta muito difícil de ser respondida pois, por mais que saibamos o que significa esse conceito, encontramos dificuldades ao buscarmos uma definição que de fato o especifique e distinga de outros conceitos semelhantes. Etimologicamente, a palavra violência é proveniente do latim *violentia*, e significa “veemência”, “impetuosidade”. Está provavelmente relacionada à *violare*, ou seja, a “tratar com brutalidade, desonrar, ultrajar”. Marilena Chauí (2003) caracteriza a violência da seguinte forma:

Fundamentalmente, a violência é percebida como o exercício da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser ou contra sua própria vontade. Por meio da força e da coação psíquica, obriga-se alguém a fazer algo contrário a si, aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros.
(p. 308)

A violência parece se constituir, assim, na visão de Chauí, como uma ação de soberania capaz de desconfirmar o outro enquanto ser humano. Segundo Minayo (1994, p. 7), a violência é um “complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial” que sempre esteve presente na história da humanidade, mas que - é válido enfatizar - não se caracteriza como algo da natureza biológica humana, pois “seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade” (p. 7).

Contudo, talvez mais importante do que apresentar definições, parece ser compreender por que o nosso mundo está se tornando cada vez mais violento. Para Rocha (2001), essa intensificação da violência parece indicar que algo fundamental do nosso universo simbólico de valores está se esvaecendo.

Num mundo em que adolescentes tornam-se assassinos; num mundo em que jovens de famílias ricas (que tudo tiveram para serem bem educados) encontram prazer no ato de deliberadamente queimar um pobre índio que, no silêncio da noite, dorme tranquilo em um banco de praça de uma de nossas grandes cidades; num mundo em que a justiça inocenta esses jovens de intenção dolosa, decidindo que o ocorrido foi uma fatalidade; num mundo em que até crianças fuzilam seus colegas e professores, quase como se estivessem simplesmente acionando os botões de seus jogos de videogame; num mundo onde tudo isso acontece, alguma coisa de essencial está se perdendo, ou já se perdeu, no universo simbólico dos valores, valores sem os quais a cultura não se mantém, e isso nos deixa perplexos. (Rocha, 2001, p. 314)

Assim, para essa questão, Rocha (2001) encontra, dentre outras possibilidades, a seguinte resposta: “o mundo está se tornando cada vez mais violento porque os homens,

em grande número, estão cada vez mais se tornando habitados pelo nada” (p. 314). A violência que assola o mundo e a todos ameaça é, segundo o autor, “um corolário do niilismo metafísico que domina o espírito de nosso tempo” (p. 314). Ainda nas palavras de Rocha (2001), a violência

É apenas a consequência de uma visão de mundo na qual, tendo sido descartada a fundamentação dos nossos valores éticos e políticos, o que em última análise conta é o poder econômico, e os que detêm este poder cada vez mais se tornam indiferentes à sorte dos infelizes e de todos aqueles que as injustiças sociais marginalizaram da nossa vida em sociedade. (p. 315)

Nossa compreensão do cenário atual em que figura a violência perpassa por essa reflexão acerca da crise ética instaurada na contemporaneidade. No que se refere à violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres, podemos refletir, a partir de Lima (2012), que esta pode ser pensada como modo de expressão desse contexto contemporâneo em que nos encontramos. Nesse sentido, o referido autor tece algumas compreensões que ajudam a nortear o olhar:

a) as mulheres vítimas de violência se encontram em uma dada época histórica (modernidade/contemporaneidade) marcada pelo esvaziamento de sentido na forma de se relacionar, na qual parecem predominar relações de utensibilidade, com a intensificação de vivências angustiantes e dificuldades de produção de sentido e significado; b) a violência se faz presente no modo de se relacionar, principalmente nas relações amorosas, como um atravessamento que se configura em produto de idealizações, ciúmes, dependências afetivas, etc.; c) os

índices de violência contra a mulher no mundo, mais especificamente no Brasil, parecem se configurar como reverberação das formas de estar e relacionar dos indivíduos consigo mesmos, com os outros e com o próprio mundo; c) a violência contra a mulher se apresenta como uma violência muda, pois sofre discriminação por ser de gênero, mas também por se dar predominantemente no contexto doméstico, o qual se caracteriza pelo seu contexto privado. (p. 38)

Essas questões serão mais bem explanadas a seguir. Durante o presente capítulo, buscamos caracterizar o modo de pensar a violência que nos norteará na compreensão das narrativas e dos diários de bordo provenientes de nossa pesquisa na delegacia da mulher de Recife-PE. O percurso traçado teve também por objetivo lançar as bases necessárias para compreendermos o que poderíamos chamar de “território existencial” no qual se desvelam nossos modos de ser e estar no mundo na atualidade. Acreditamos que as questões trazidas são importantes para contextualizar a violência.

Faz-se importante salientar e repetir que a violência é um fenômeno de difícil conceituação e grande complexidade. Nesse trabalho, estamos trazendo uma noção de violência relacionada a certo mal estar na contemporaneidade, vislumbrado pelo advento da técnica, pela escassez de espaços de simbolização das experiências de angústia e desamparo - concomitante à aparente exacerbação dessas mesmas experiências.

No próximo capítulo, buscaremos aprofundar nossas reflexões sobre essa violência tão frequente que se dá no íntimo das relações afetivas entre homens e mulheres.

2 Sofrimento e Violência nas Relações Íntimo-afetivas entre Homens e Mulheres

Passaremos a abordar o tema das relações íntimo-afetivas que culminam em violência e sofrimento. O objetivo deste capítulo é apresentar o modo como esse tema vem sendo compreendido, apresentar dados concretos que justifiquem a importância de ampliarmos essa discussão e, na medida do possível, oferecermos a essas questões um olhar analítico existencial fecundado no pensamento de Heidegger.

Para introduzirmos a questão da violência que ocorre no íntimo das relações afetivas entre homens e mulheres, faz-se necessário explicitar que esta vem sendo compreendida como violência de gênero. Apesar de não ser o nosso objetivo trabalhar o tema a partir do viés de gênero, consideramos relevante abordar a questão, por se constituir historicamente como uma dimensão do fenômeno ao qual estamos lançando um olhar. Destacamos, dentre as diversas compreensões sobre gênero, o olhar de Butler (1990), por buscar romper com os binarismos e essencialismos do pensamento metafísico e nos propiciar, assim, tecer aproximações com o olhar fenomenológico que fundamenta o nosso estudo.

Butler (1990) compreende gênero como um resultado performativo, advindo de construções sociais que são inscritas nos corpos dos homens e das mulheres, conferindo-lhes identidade e regulamentando suas performances na sociedade. Assim, para esta teórica, gênero não é uma expressão natural do sexo. A existência social de homens e mulheres, - ou numa visão heideggeriana, seus modos de ser-no-mundo -, não estaria atrelada e explicada de maneira causal por sua fisiologia e anatomia corporal. Louro (2000) elucida essa questão:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (p. 9)

Dessa maneira, homens e mulheres são posicionados na sociedade a partir de modos previamente regulamentados de ser homem e mulher, como se existisse uma essência que lhes fosse dada *a priori*. Culturalmente, e arbitrariamente, foi convencionado atribuir à mulher características tais quais: submissão, passividade, emotividade, fragilidade, maternagem, dentre outras. Ao passo que ser homem estaria relacionado a ser forte, corajoso, provedor, trabalhador, viril, dominador, ter controle das próprias emoções ao ponto de não exprimi-las e, ao contrário das mulheres, viver plenamente a própria sexualidade.

Butler (1990) apoia-se em Merleau-Ponty para pensar o corpo como uma ideia histórica, destituído de essência interior. Afirma que o corpo é “uma contínua e incessante materialização de possibilidades” (p. 299). Contudo, as redes de poder da sociedade (Louro, 2000) induzem o corpo a se materializar mediante a obediência a uma possibilidade historicamente delimitada, e assim, a partir desse processo, o corpo acaba portando significados culturais (Butler, 1990).

Para Heidegger (2012), os homens (e as mulheres) são os únicos entes que não possuem uma essência, mas um ser que se apresenta nas manifestações destes entes singulares. A partir da visão heideggeriana, podemos compreender que não há nada que

determine, defina ou possa padronizar os modos de ser homem e mulher, tal qual acontece com os animais. Os outros animais, ao contrário dos homens e das mulheres, possuem instinto, comportamentos previsíveis, padrões repetitivos, passíveis de observação e controle. Por mais que algumas abordagens psicológicas procurem enquadrar e definir o ser-aí, reduzindo-o, muitas vezes, a comportamentos controláveis, há sempre uma diversidade de “variáveis” que escapam ao controle e, por vezes, à própria compreensão/explicação.

O pensamento ocidental, metafísico, suprime a questão do ser das coisas. Heidegger critica estes modos de ser que a metafísica impõe, coisificando os entes, reduzindo-os a representações. Critelli (1996) argumenta que “na enunciação de algo, está sempre presente a muda compreensão de uma espécie de vácuo perene entre um ente e o que se diz que ele é” (p. 17). Por isso, qualquer representação capta o sentido das coisas apenas no tempo e no espaço em que elas aparecem, sendo, portanto, provisórias e não permanentes e imutáveis como pressupõe o conhecimento metafísico.

A partir da crítica à metafísica, empreendida tanto por Butler (1990), como por Heidegger (2012), podemos apreender que a maneira como gênero é assimilado e performatizado por homens e mulheres na sociedade segue normas sociais rígidas, cristalizadas e enclausurantes, que, baseadas num modo de pensar metafísico/calculante, ensejam o aprisionamento dos corpos a sua anatomia e às crenças circundantes atribuídas. Além disso, tais normas instituem uma valoração desproporcional entre homens e mulheres, de tal modo que, historicamente, a mulher esteve posicionada na sociedade de modo desprivilegiado com relação ao homem, tendo sido entendida por muito tempo, e ainda hoje em alguns grupos sociais, ou de maneira menos explícita, como propriedade do homem. Deparamo-nos, então, nesse sentido, com relações sociais produtoras de sofrimento (Braga, 2009, p. 371).

Assim, ao buscar explicar de um modo bastante superficial o que é violência de gênero, Strey (2004) refere que “é aquela que incide, abrange e acontece sobre/com as pessoas em função do gênero ao qual pertencem (...) acontece porque alguém é homem ou é mulher” (p. 13). De acordo com a autora, as estatísticas mostram que as mulheres são as maiores vítimas desse tipo de violência, de tal modo que seria possível concluirmos que violência de gênero é quase sinônimo de “violência de homens praticada sobre mulheres” (p. 13).

Dentre as diferentes formas de violência de gênero, podemos destacar a violência doméstica e a conjugal. A primeira se caracteriza por acontecer dentro do ambiente familiar, entre pessoas que mantêm vínculos afetivos ou de parentesco, sendo as mulheres as principais vítimas desse tipo de violência (Santos, 2004). Já a violência conjugal se refere a agressões ocorridas no âmbito da relação de duas pessoas que mantêm ou mantiveram um relacionamento íntimo.

2.1 Informações sobre a violência contra a mulher no Brasil

Numa pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, foi constatado que a cada 15 segundos uma mulher sofre agressão no país, e mais de 2 milhões de mulheres são espancadas todos os anos por seus namorados ou maridos, atuais e antigos.

Os dados de uma pesquisa realizada pelo Senado Federal em 2007 revelam que das 797 mulheres maiores de dezesseis anos e residentes em capitais brasileiras entrevistadas por telefone: 15,4% responderam já terem sido vítimas de violência doméstica; em 74,8% destes casos o agressor foi o próprio marido. Quando questionadas sobre o que motivou a violência, o uso de álcool figurou como principal

causa descrita pelas mulheres em 45,5% dos casos e “ciúmes” veio logo após, descrito como fator motivador da violência em 22,8% dos casos.

No que diz respeito a Recife-PE, onde se situou o presente estudo, foram registradas na 1ª Delegacia de Polícia de Prevenção e Repressão de Crimes contra Mulher um total de 6.142 queixas em 2011, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social (SDS) do estado. Considerando o período que compreende o ano de 2007 ao ano de 2011, figuraram como denúncias mais recorrentes:

Principais ocorrências da DEAM em Recife entre os anos de 2007 a 2011

Queixas mais expressivas	Total
Ameaça	11.376
Lesão Corporal	8.588
Calúnia/Difamação/Injúria	3.148
Perturbação do sossego/ tranquilidade pública	1.943
Vias de fato/rixa	1.647
Ameaça por violência doméstica/familiar	1.220

Fonte: Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco

Ao todo, foram 32.539 queixas registradas nessa delegacia no período referido. Os dados fornecidos indicam, ainda, no que tange ao grau de instrução dos denunciantes em 2011, que a maioria das vítimas de violência doméstica possuía 1º grau incompleto. A cor da cútis de vítimas e autores prevalente, segundo os registros, é a cor parda. E grande parte dos casos de violência doméstica registrados nessa delegacia é proveniente da zona norte do Recife, onde parecem residir as pessoas menos favorecidas economicamente.

Somado a esses dados, o Instituto Sangari (2012) acaba de lançar os últimos números coletados sobre a violência no Brasil e as notícias são preocupantes: apesar da Lei Maria da Penha, umas das mais avançadas leis para o combate à violência contra a

mulher, cresce o feminicídio no Brasil. O relatório traça uma perspectiva histórica dos homicídios no país, revelando que entre 1980 e 2010 foram assassinadas aproximadamente 91 mil mulheres. Houve um aumento nesse período de 217,6% nas mulheres vítimas de assassinato. O relatório descreve uma média de 4.350 mulheres assassinadas por ano, 362,5 por mês, 12,1 por dia, ou seja, a cada duas horas, uma mulher é assassinada no país.

O estudo mostra, ainda, com relação a esses homicídios, que os homens morrem nas ruas e as mulheres dentro de casa. Sabe-se também que os números são muito maiores do que foi possível constatar na pesquisa (realizada a partir do Sistema de Informações de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça), pois muitos casos em nosso país são mal notificados ou nem chegam a ser notificados.

Sintetizando essas informações, as pesquisas apontam que as mulheres figuram como as principais vítimas desse tipo de violência, com um alto índice de agressões e assassinatos mesmo em tempos de Lei Maria da Penha. Os autores são, na maioria das vezes, os próprios homens com os quais essas mulheres mantêm ou mantiveram uma relação íntimo-afetiva, aparentemente motivados por uso de álcool, ciúmes, dentre outros fatores. No Recife essa realidade não é diferente, e nessa localidade a população menos favorecida economicamente parece ser a maior usuária da DEAM. Faz-se importante aqui retomar e compreender o contexto em que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) surgem no país.

2.1.1 Estratégias de enfrentamento à violência

As DEAM se originaram a partir de lutas e reivindicações dos movimentos feministas no ano de 1985, em São Paulo (Pasinato e Santos, 2008). Os movimentos feministas foram os primeiros a denunciar os maus-tratos e as mortes de mulheres por seus parceiros íntimos, a impunidade de seus assassinos, bem como o descaso da polícia no que diz respeito à violência contra as mulheres, especialmente, a violência doméstica e sexual.

As DEAM nascem, assim, para garantir os direitos das mulheres, conforme o compromisso assumido pelo Estado brasileiro na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas, conhecida por CEDAW (1979) e também na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará” (1994).

Diante desse compromisso assumido pelo país, as DEAMs se constituem como

uma experiência pioneira genuinamente brasileira desde sua criação e contribuíram para dar visibilidade ao problema da violência contra a mulher, especialmente aquela ocorrida no ambiente doméstico, no interior das relações conjugais e familiares, para o reconhecimento, pela sociedade, da natureza criminosa da violência baseada em diferenças de gênero, a qual a mulher estava submetida; e permitiu a institucionalização da política pública de prevenção, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher no Brasil (Brasil, 2006, p. 16).

De acordo com o que foi estabelecido na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”,

a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e a SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) definem a violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Brasil, 2006, p. 10). Os movimentos feministas contribuíram para a construção dessa concepção, na medida em que passaram a compreendê-la, bem como divulgá-la, enquanto um fenômeno complexo e multifacetado (Pasinato e Santos, 2008), que deveria ser abordado além de seu aspecto criminal. As feministas atentaram, assim, para a importância da integralidade na assistência das mulheres em situação de violência, principalmente, no que diz respeito à esfera social, psicológica e jurídica.

Essas discussões lançam as bases para a implementação, a partir do ano 2000, de uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, com vistas à ampliação de uma rede de serviços que pudesse atuar junto às DEAM. De acordo com a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Mulheres (DEAMs), o momento atual se configura por um maior número e distribuição de DEAMs no Brasil, bem como de serviços que integram a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Tais políticas parecem estar mais consolidadas nos locais em que os movimentos feministas atuam com maior força, de modo que avanços para o enfrentamento da violência contra a mulher ainda se fazem necessários (Brasil, 2006).

No dia 07 de agosto de 2006, foi dado mais um passo em direção ao combate da violência contra a mulher: a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, e está em vigor desde o dia 22 de setembro do ano supracitado. Essa Lei foi criada com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, considerada uma forma de

violação dos direitos humanos, proporcionando mudanças tanto no tipo do crime, quanto nos procedimentos judiciais e da autoridade policial.

Com a Lei Maria da Penha, o Código Penal sofreu alteração e, assim, os homens autores de violência podem ser presos em flagrante, além de terem a prisão preventiva decretada, caso ameacem a integridade física e psicológica da mulher. Podem, ainda, ser proibidos de se aproximar fisicamente, como também podem ser afastados do domicílio. Esses mecanismos visam possibilitar maior agilidade e efetividade do poder público judicial e policial no que diz respeito à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

A Lei Maria da Penha também trouxe algumas inovações em relação aos procedimentos judiciais, tais como: a violência doméstica contra a mulher independe da orientação sexual; a renúncia da denúncia só poderá ser feita perante o juiz; a proibição de penas pecuniárias; a proibição da entrega da intimação pela mulher; em todos os atos processuais, a mulher deve estar acompanhada de advogado ou defensor; o aumento da pena em um terço, caso a mulher agredida seja deficiente etc. No caso da autoridade policial, este pode requerer ao juiz, num prazo de quarenta e oito horas, a concessão de diversas medidas protetivas, como também a decretação da prisão preventiva. A Lei Maria da Penha também instituiu a criação de Juizados da Mulher, enfatizando ainda mais a defesa dos direitos das mulheres.

Apesar de todos os avanços observados nas políticas de enfrentamento a esse tipo de violência, ressaltamos que ainda parece haver uma tendência das políticas a focar demasiadamente as vítimas das relações violentas em detrimento daqueles que são acusados de cometer a agressão.

2.2 A perspectiva relacional como possibilidade de compreender a violência entre homens e mulheres em situação de violência

No item anterior, o foco se voltou para uma compreensão binária onde se considera o agressor e a vítima, cabendo ao primeiro receber as ações punitivas. No entanto, importa considerar que outras possibilidades compreensivas podem se apresentar, enfocando a dimensão relacional da violência.

Na prática, analisamos que a lógica binária “vítima *versus* agressor”, a partir da qual são pensadas as estratégias de enfrentamento à violência, acaba se mostrando excludente. Segundo Medrado e Mélo (2008), nem mesmo a Lei Maria da Penha, a qual se propõe a coibir a violência contra a mulher, parece considerar a importância de também focar o cuidado aos homens nas ações de prevenção e combate à violência. Os autores observam que, na lei, os homens continuam sendo chamados de agressores e tratados como delinquentes que precisam de tratamento e reeducação para se adequar à sociedade.

Nesse sentido, Granja e Medrado (2009) apontam que aos homens têm sido relegadas somente medidas punitivas, e até mesmo quando eles são encaminhados para algum tipo de tratamento ou reeducação, estes possuem um caráter de pena alternativa. O que os autores querem discutir com isso não é a extinção das medidas punitivas, mas a implementação de políticas e ações que transcendam a mera punição e que possam ser eficazes no sentido de permitirem aos homens redimensionarem as próprias experiências de violência e, inclusive, questionarem o modo como se apropriam do significado de masculinidade, do ser homem em nossa sociedade.

Silveira, Medrado e Rodrigues (2009), nessa mesma direção, expõem a importância de se oferecer atenção à relação violenta, ao invés de partir do pressuposto

binário da vítima e do algoz. No estudo realizado por esta autora, buscou-se analisar os sentidos que dez homens denunciados numa DEAM atribuíam à violência conjugal, tendo sido observado que em grande parte dos casos a violência acontecia mediante uma lógica de dominação dos homens com relação às mulheres. Contudo, em outros casos a mulher também foi descrita pelos homens denunciados como partícipes dessa experiência, pois, segundo eles, estas agiam de modo igualmente agressivo, o que parece apontar o caráter relacional da violência. Ademais, foi observado que em algumas situações a violência era o próprio fundamento da relação, sendo difícil para ambos o reconhecimento da violência dentro do relacionamento.

Nesse sentido, Gregori (1993) discute que “o fato de ser entendida como um ser dependente, sem autonomia, não significa que a mulher seja passiva na relação com os outros, que não exerça parceria”. Segundo a autora, as mulheres não se encontram inertes nas relações violentas, pois mesmo quando se posicionam de modo subalterno, estão agindo, condenando, negociando, exigindo e, inclusive, agredindo de modos diversos. Essa autora busca tecer compreensões acerca da violência de modo relacional, não dicotômico. Ademais, desenvolve críticas à política feminista, afirmando que enquanto esta “... estiver presa aos recursos que buscam uma universalidade/generalidade de mulheres e de sua situação, e a dualidades em que os termos se relacionam mediante um engate ideológico, ela não terá condições de lidar com a diferença, com a pluralidade” (p. 135).

Assim, Gregori (1993) segue chamando a atenção para questões importantes como a necessidade de entender as peculiaridades de cada relacionamento violento, pois nem todos seriam “essencialmente” semelhantes, e que a construção de dualidades do tipo “macho” culpado e mulher “vítima” são úteis para facilitar a denúncia e a indignação, contudo findam por deixar de lado o caráter de parceria dos

relacionamentos conjugais, argumentando que “a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros” (p. 134).

Consideramos importante ressaltar esse caráter dicotômico e generalizante que a compreensão acerca da violência nas relações entre homens e mulheres costuma assumir e se legitimar nas políticas públicas, pois isso acaba implicando também nos modos de acolher o sofrimento decorrente da violência nessas situações. Desse modo, não raro incorremos em práticas de exclusão, negando por vezes o direito daqueles que estão sendo vistos como agressores, comumente os homens, de serem escutados e cuidados. Além disso, também acabamos reafirmando de algum modo a vitimização histórica das mulheres, o lugar de fragilidade e passividade que durante vários anos foi mantido na sociedade. Desse modo, Gregori (1993) discute que

O movimento feminista separa as mulheres dos homens, não tanto no sentido de afirmar que cada homem é responsável pela opressão, mas na medida em que todo o trabalho de conscientização é travado apenas pelas mulheres. Cabe aos homens – vistos como coletividade – serem cobrados e denunciados em suas manifestações autoritárias e/ou violentas. A eles não é dada a alternativa da conversão. O resultado disso é que a adesão das mulheres não é facilmente garantida, já que elas estabelecem relações de afinidade e intimidade com os homens e, sem dúvida, encontram benefícios (afetivos, sexuais, de estabilidade social e, muitas vezes, econômica) nessas relações. (p. 53)

Apesar de não podermos citar o movimento feminista no singular, por se tratar realmente de uma pluralidade de pensamentos e movimentos, na prática observamos que muitas vezes persiste essa separação e até mesmo o que se compreende por gênero

acaba se restringindo às mulheres, perdendo-se de vista a dimensão relacional do próprio conceito.

Nesse sentido, não é de se admirar que após registrarem ocorrência na DEAM, tantas mulheres retornem à instituição com a intenção de retirar a queixa, pois, dentre outros motivos, os conflitos não foram trabalhados de modo relacional, a singularidade de cada caso não foi abarcada, dificultando a produção de novos sentidos tanto por parte da mulher, quanto do homem. Vale salientar que muitas mulheres retornam à situação de violência, não sendo raro observar reincidência no registro das queixas. Isso nos leva a questionar os espaços de acolhimento e intervenção, o real funcionamento de uma rede de serviços que visem ao cuidado e ao enfrentamento à violência, bem como o tipo de abordagem que fundamenta essas práticas de cuidado.

Foi possivelmente nessa direção que a perspectiva fenomenológica existencial se apresentou a esta pesquisadora como uma outra possibilidade para compreender a violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres, de modo a ampliar o olhar sobre esse fenômeno. Por estar partindo de um interesse clínico, a Psicologia Fenomenológica Existencial, ao modo de Heidegger, mostrou-se particularmente importante pela maneira de compreender o ser-no-mundo-com-os-outros, as disposições afetivas e o cuidado, além de possibilitar uma reflexão sobre a soberania da técnica e do pensamento calculante no momento atual. Importa ressaltar que tais dimensões da existência humana são analisadas por Heidegger a partir de seus pressupostos ontológicos. No entanto, segundo Barreto (2013), o diálogo com o pensamento de Heidegger permite “analisar outros pontos de partida mais originários, capazes de orientar a aproximação da Psicologia aos fenômenos clínicos de modo mais radical, respeitoso e aderente às suas manifestações existenciais imediatas no nosso tempo e no nosso contexto de globalização da objetificação e reiteração técnicas” (p. 33).

2.3 Relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres: iniciando uma possibilidade compreensiva do sofrimento

Numa perspectiva heideggeriana, ser-com é uma condição existencial. Desse modo, é algo constitutivo do ser humano, posto que somos no mundo em situação de coexistência. Segundo Heidegger (2012), o homem é este ser-aí, lançado no mundo e destinado a existir junto a outros seres-aí. Desde sempre o ser-aí se constitui enquanto ser-no-mundo-com-os-outros e estar-no-mundo é sua condição originária de existir como *Dasein*.

Assim, Heidegger (2012) nos conduz em direção a uma compreensão do existir humano, a partir da qual podemos apreender que “o homem é um ente cujo *ser* se dá como um ‘vir-a-ser respondendo os apelos de/para ser’ que lhe vêm desde os entes que manipula, e dos outros homens com os quais convive e se comunica” (Critelli, 1988, p. 67). Nesse sentido, a situação afetiva é constitutiva e nos coloca diante da facticidade do ser entregue, não podendo ser apreendida como característica transcendental e volitiva. O estar-aí finito abre e funda mundos, está lançado em uma abertura que não lhe pertence e que não pode dispor como uma determinação subordinada ao pensamento calculante.

Mas, de que modo o homem responde aos apelos de/para ser? De acordo com Critelli (1988), o homem pode aceitar estes apelos, bem como pode negá-los, incorporá-los cegamente, desapercerbê-los, criticá-los, dentre outras possibilidades. E ao agir dessa ou de outra maneira, o homem revela esse seu modo de ser originário, do qual não pode se esquivar. Não havendo escapatória, só resta ao homem cuidar de seu ser, apropriando-se de modo próprio ou impróprio da sua existência. Nas palavras de Critelli (1988, p. 68):

Sua única alternativa é a de dirigir-se ao cuidado de si mesmo, cíclica e inesgotavelmente, de modo “impróprio”, (quer dizer, dissolvendo-se a si mesmo nas escolhas e caminhos públicos, coletivos e nas escolhas que se apresentam corriqueiramente como absolutamente certas, verdadeiras e “pessoais”) e de modo “próprio” (isto é, sem ilusões a respeito do caráter aparente das escolhas públicas e decidido a ir sempre ao encalço de si mesmo).

Nesse sentido, faz-se possível compreender que o homem se movimenta no mundo ontologicamente de modo próprio ou impróprio, sempre no encalço de um poder-ser peculiar. Segundo Critelli (1988), “estar obrigado a responder os apelos de vir-a-ser ‘própria’ e ‘impropriamente’ é um traço da existência que nos revela que ser humano é estar inalienavelmente compelido a tornar-se o ‘eu’ que cada homem, intransferivelmente, pode ser” (p. 68). Logo, cada homem tem como tarefa existencial cuidar de ser, e ninguém pode fazer isto em seu lugar, uma vez que essa responsabilidade tem um caráter intransferível, intransponível e inexorável.

Ao mesmo tempo, ontologicamente, Critelli (1988) discorre que o homem tende a se esquivar da tarefa de ser si mesmo, da responsabilidade de existir, dissolvendo-se no *impessoal*. Essa é uma das possibilidades constitutivas do ser-com e, nesse modo, Heidegger (2012) explicita que o “ser-aí” (*Dasein*) está sob a tutela dos outros, que lhe tomam o ser:

Na utilização dos meios de transporte público, no emprego dos meios de comunicação e notícias (jornal), cada um é como o outro. Este conviver dissolve inteiramente a própria presença no modo de ser dos “outros”, e isso de tal maneira que os outros desaparecem ainda mais em sua possibilidade de

diferença e expressão. O impessoal desenvolve sua própria ditadura nesta falta de surpresa e de possibilidade de constatação. Assim nos divertimos e entretemos como *impessoalmente se faz*; lemos, vemos e julgamos sobre a literatura e a arte como *impessoalmente se vê e se julga*; também nos retiramos das “grandes multidões” como *impessoalmente se retira*; achamos “revoltante” o que *impessoalmente se considera revoltante*. O impessoal, que não é nada determinado, mas que todos são, embora não como soma, prescreve o modo de ser da cotidianidade. (p. 184)

Dessa maneira, Heidegger (2012) discorre que o impessoal retira do homem a responsabilidade, dispensando-o de ser, uma vez que prescreve todo julgamento e decisão, permitindo “que se apoie impessoalmente nele” (p. 185). Nesse modo impessoal, não há quem necessite se responsabilizar por coisa alguma, posto que “todo mundo é o outro e ninguém é si mesmo” (p. 185).

Originalmente, segundo Heidegger (2012), a presença é impessoal e assim permanece na maior parte das vezes. Entretanto, ao antecipar a morte para o próprio movimento de existir, o homem pode se compreender enquanto poder-ser, descobrindo o mundo e o aproximando de si, desobstruindo os sentidos estagnados da cotidianidade. De acordo com Critelli (1988),

Este duplo movimento (ontológico) de ouvir os apelos para vir-a-ser si mesmo “próprio” e de “fugir” diante desta responsabilidade, o homem o realiza, sempre, em face à compreensão que tem de seu “morrer” (...) A morte ilumina a vida (seu sentido) podendo fazê-la endereçar-se a ser “própria” e/ou “imprópria.” (p. 68)

A autora observa, entretanto, que o apelo urbano - diretamente relacionado às questões sobre a essência da técnica discutidas no capítulo anterior do presente trabalho - parece propiciar uma exacerbação da vida imprópria, uma vez que “no mundo urbano, elegeu-se a vida objética, planejada e controlada anonimamente e tendo que permanecer anônima e controlável” (Critelli, 1988, p. 69). Assim, a impessoalidade parece se acentuar com o processo de tecnicização vivido na contemporaneidade, sendo a massificação dos homens e a ausência de pensamentos alguns dos fenômenos imbricados à supremacia da técnica. Desse modo, “o homem perde sua característica fundamental de projetar-se sobre possibilidades, elegendo-as” (Critelli, 1988, p. 69), haja vista já ter sido eleita na história do Ocidente metafísico a vida imprópria como única possibilidade.

Em grande parte dos casos, as relações afetivas marcadas por violência parecem não fugir das diversas possibilidades da vida imprópria. São relações baseadas, quase sempre, em lógicas de dominação e controle, em que o modo de se relacionar com o outro parece se dar a partir da ocupação, ou seja, do outro como instrumento a ser utilizado para algum benefício.

Sá, Mattar e Rodrigues (2006), ao buscarem compreender as frequentes queixas de sentimentos de solidão e necessidade de se relacionarem afetivamente apresentadas pelas pessoas na clínica psicoterápica, ajudam a pensar as relações afetivas na era da técnica. Os autores discorrem que a questão da solidão é bastante recorrente na clínica psicoterápica e comumente encarada como algo negativo, da qual é necessário fugir a todo custo, bastando que se tenha competência para isso. Em paralelo, ressaltam os teóricos supracitados que o relacionamento afetivo baseado no amor romântico é ambicionado pelas pessoas como ideal de felicidade suprema, ao passo que é também repellido, uma vez que pode ser tomado como fonte de sofrimento, “o que se traduz em

condutas que passamos a chamar de insegurança, medo de envolver-se, de comprometer-se com o outro, de ser rejeitado” (p. 112).

Ainda nas palavras dos autores:

Esta questão surge nos consultórios de psicoterapia sob a forma de queixas e preocupações semelhantes (...). Os temas se repetem: ciúmes, tentativa de exercer o controle e assegurar-se da permanência do outro, temor da traição e do abandono; queixa pelo modo como se dão hoje os relacionamentos amorosos, avessos ao compromisso e à previsibilidade; a escolha do par amoroso por aquilo que pode trazer em termos de “vantagens”, status, seja pela aparência, pelos bens que possui etc.; e, finalmente, a afirmação de estar protegido tendo ao lado o par amoroso, cuja ausência traz a sensação de “vazio”, de “aperto no peito”, de angústia. Todos estes, dentre outros, têm como pano de fundo a solidão e a tentativa de disponibilizar o outro para aplacá-la. (p. 112)

Partindo do pressuposto de que o homem coabita o mundo sempre com outros homens, compreendemos que se constitui como “ser-com”, “co-presença”, ainda que esteja no isolamento. Sá, Mattar e Rodrigues (2006) discorrem que é por sua condição existencial de “ser-no-mundo-com-os-outros” que o homem tem a possibilidade de ser solitário. Os autores ressaltam que o termo “cuidado” (*Sorge*) empregado por Heidegger, assinala justamente essa particularidade existencial do *Dasein* de ser sempre em relação com outros entes. Assim, tecem uma distinção, com base no pensamento heideggeriano, entre a relação com os “entes cujo modo de ser é simplesmente dado” (*Vorhandenheit*), que se daria por meio da “ocupação” (*Besorgen*), e o modo das relações com os entes dotados de seu modo de ser de “preocupação” (*Fürsorge*). Os

entes cujo modo de ser é simplesmente dado se referem a todas as coisas e seres vivos (árvores, animais, mesa, cadeira, dentre outros) com os quais o homem se relaciona, mas não têm mundo, uma vez que o homem é o único ente, na visão heideggeriana, que é abertura de sentido.

Dessa maneira, podemos compreender que o homem é no mundo cuidando de si e dos outros entes que lhe vêm ao encontro, sendo a ocupação o modo mais imediato deste se relacionar com os outros entes. Este modo mais imediato de se relacionar dá-se sempre, de acordo com Sá, Mattar e Rodrigues (2006), “através da ocupação no manuseio e uso, subordinados ao ‘ser-para’ dos instrumentos, ou seja, está sempre referido a um contexto de significância, mundo, em que predomina o uso ou utilidade” (p. 114).

Quando o instrumento falha, porém, o mundo em sua complexidade é anunciado e as representações, cujo sentido era simplesmente dado, podem adquirir novas significações. Na maioria das vezes, essa quebra de sentidos para a inauguração de outros é experienciada pelo *Dasein* de modo angustiante como vazio de sentido, ao contrário de liberdade de possibilidades, como colocam Sá, Mattar e Rodrigues (2006). A tendência, então, é de desviar-se, “aferrando-se, na medida em que lhe é possível, às interpretações ‘já dadas’ e impessoais sobre si mesmo e sobre outros entes” (p. 114). Nesse sentido, os autores discorrem que

No caso da convivência cotidiana, este “desviar-se” significa, antes de tudo e na maior parte das vezes, reduzir o “ser-com-o-outro” ao mundo das ocupações, empenhando-se no controle, na certeza e na segurança. Nesse modo mediano de “cuidado”, imperam a dependência e a dominação, ainda que não apropriadas

tematicamente e encobertas por discursos impessoais de valorização dos “afetos” e da “necessidade do amor”. (p. 114)

Nesse contexto, os autores supracitados referem que as relações afetivas na era da técnica se dão como contratos entre dois indivíduos, ao modo da utilidade. Dessa maneira, “o outro é desvelado como um ‘algo’ colocado a nossa disposição, devendo atender aos nossos desejos, saciar a nossa ‘sede’, dar conta do vazio que sentimos” (Sá, Mattar e Rodrigues, 2006, p. 119).

Numa direção semelhante, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra “Amor líquido” (2004), analisa que esses indivíduos fundamentam suas relações na mesma lógica de mercado da economia capitalista, comercializando afetos. Tornam-se, assim, objetos de consumo que, como tais, podem ser usados, abusados, trocados e até mesmo descartados. O autor afirma que as relações estão cada vez mais superficiais, mediadas pela racionalização e pelo pensamento calculante que visa à medição dos lucros de cada investimento e, é claro, ao menor prejuízo possível.

Nesse sentido, se o tempo do homem tem sido o tempo do lucro, como coloca Critelli (1988), o investimento nas relações parece não ser um bom negócio. A autora discute que a urbanização, ao fornecer todos os instrumentos de facilitação da vida cotidiana do homem, poupando-lhe maiores esforços, desgastes e, portanto, ampliando seu tempo voltado para a geração de lucros, “des-empenha o homem de qualquer referência ao mundo que não a da objetividade, funda-se na subserviência a um procedimento lógico-racional, representativo, nas relações da existência” (p. 84).

Dessa forma, observamos que o homem anseia por relacionamentos amorosos, mas parece não encontrar sustentação nas formas de relação que a cultura dispõe para manter firmes os laços com os outros (Bauman, 2004). A modernidade parece, assim,

produzir formas de subjetividades esvaziadas pela escassez de dispositivos culturais que promovam a produção de sentidos e significados. Desse modo, os homens acabam buscando nos relacionamentos o preenchimento dessas lacunas. Agarram-se uns aos outros como se estivessem se afogando em mar aberto e encontrassem nas relações sua única boia de salvação. Se compreendermos esse mar aberto como a própria existência e condição de ser-lançado-no-mundo (Heidegger, 2012), a dificuldade dos homens parece ser entrar em contato com o próprio desamparo e solidão existencial, de modo que, muitas vezes, as relações afetivas que estabelecem têm, assim, a finalidade de dispensá-los da responsabilidade de cuidar da própria existência.

Nesse contexto, a insegurança, o ciúme, o sentimento de posse, as cobranças relacionadas a gênero, bem como a violência e a dominação surgem como mecanismos que as pessoas se utilizam para sustentar a impropriedade do ser, buscando no outro o suporte para o existir. Segundo Sá, Mattar e Rodrigues (2006),

Este modo de ser com o outro, no qual aquele que me cerca é desvelado como um algo a serviço de minha satisfação, é claramente restritor. Nesse fechamento existencial, negamos a possibilidade de estarmos sozinhos, acreditamos precisar “encontrar alguém”, aceitamos sem maiores questionamentos os conclames do contemporâneo que marcadamente vão enxergar no amor romântico a concretização da satisfação pessoal. (p.119)

Nesse contexto, a violência pode ser vivida e compreendida enquanto sofrimento. Podemos compreender o sofrimento humano como “limitação interpretativa da abertura de sentido do ser humano compreendido como *Dasein*, e que se apresenta como manutenção de uma percepção de si cristalizada e restritiva, diante das diversas

possibilidades de existir no mundo” (Barreto, 2013, p. 29). O modo como esse sofrimento decorrente da violência nas relações íntimo-afetivas vai se apresentar no contexto de uma DEAM é o que pretendemos compreender, para em outro momento podermos pensar o acolhimento a esse sofrimento.

É importante ressaltar que as questões sociais e os modos de ser na contemporaneidade estão implicados nas condições de possibilidade dessa violência e do sofrimento desta decorrente, posto que como seres-no-mundo toda uma complexa teia de sentidos nos insere e afeta direta ou indiretamente. Pensar o acolhimento a homens e mulheres envolvidos em situação de violência implica, assim, partir da compreensão de que a cultura e a sociedade performam como pano de fundo no qual esses sujeitos sociais se con-figuram e co-existem (Aun e Morato, 2009). E, portanto, significa cuidar de um sujeito contextualizado.

A seguir, apresentaremos o caminho teórico-metodológico que nos embasou o olhar e a colheita dos dados em nossa pesquisa.

3 O Percurso Metodológico da Pesquisa

*Quem não se mexe, nada aprende.
Nenhum aprendizado dispensa viagem.
Michel Serres.*

Para o presente estudo, realizamos uma pesquisa com enfoque qualitativo, pautada na perspectiva fenomenológica existencial. Uma investigação a partir desse referencial visa à apreensão, descrição e compreensão dos sentidos envolvidos no fenômeno o qual se busca conhecer. Trata-se de um percurso que só é possível ser feito na medida em que o processo vai sendo construído, ou seja, no próprio caminhar rumo a algum sentido. Assim, difere do modo hegemônico tradicional de se conceber a pesquisa científica, pois não parte de representações e significados já postos pelo conhecimento metafísico (Critelli, 1996).

O ponto de tensão entre o modo de se conceber a pesquisa científica que a fenomenologia descortina, em contraponto com a visão metafísica, segundo Critelli (1996), é a questão da perspectiva. Para a fenomenologia não existe uma única verdade, imutável e permanente, tampouco um único ângulo para se olhar e captar os fenômenos. Ademais, cada olhar desvelará uma faceta do fenômeno, estando este passível a diferentes interpretações a depender de quem o olha. Assim, a fenomenologia não está comprometida com a produção de verdades, mas com a abertura de outras possibilidades de se olhar e compreender os fenômenos.

Na investigação fenomenológica, a experiência das pessoas se encontra em primeiro plano, sendo compreendida como a matéria-prima do trabalho do pesquisador. Nesse sentido, o pesquisador assume uma postura de recolhimento das experiências (Schmidt, 2006), buscando compreender os fenômenos, ao invés de simplesmente partir

em busca de explicações. Para essa compreensão, faz-se necessário atentar para o movimento peculiar de mostrar-se e ocultar-se do fenômeno na experiência (Critelli, 1999).

Nessa direção, é importante destacar que a pesquisa fenomenológica valoriza a experiência do pesquisador, pois na medida em que busca conhecer as experiências das pessoas, o pesquisador provê o seu olhar e suas compreensões, afetando e sendo afetado. Destarte, numa perspectiva fenomenológica, cada pesquisa é única, autoral e, inevitavelmente, interventiva. Para Cabral (2004), “a questão que brota como crucial para um sujeito em determinado momento tem um caráter próprio que se relaciona com aquele sujeito em particular” (p. 2).

Consideramos a presente pesquisa como interventiva e participativa, não por ter sido realizada alguma proposta de intervenção psicológica no campo (ação prática), mas no sentido apontado por Morato, Andrade e Schmidt (2007), segundo as quais a nomeação “pesquisa interventiva”: “procura dar conta daquilo que, da perspectiva fenomenológica existencial e nietzchiniana, é constitutivo da investigação na área das ciências humanas e sociais, ou seja, a propriedade intrusiva e modificadora da presença do pesquisador num campo de relações” (p. 2). Ao mesmo tempo em que o pesquisador é afetado pelo ambiente e pelos sujeitos que investiga, ele também os afeta. Desse modo, não se trata de uma mera inserção do pesquisador no campo investigado, mas de uma análise conjunta de como o fenômeno se desvela, a qual também leva em consideração os processos de singularização do pesquisador. Nesse sentido, Schmidt (2006) ressalta:

Na situação de campo, pesquisador e colaborador fazem um esforço intelectual, cognitivo e afetivo de mútua compreensão, negociando a pertinência de

determinadas temáticas, aprofundando a exposição de modos de sentir e de pensar, retomando aspectos lacunares, obscuros ou intrigantes dos relatos e das observações e reassentando, sempre que necessário, uma espécie de contrato ou pacto de trabalho compartilhado. Na situação de “gabinete”, o pesquisador retoma não apenas os registros de campo – anotações de observações e impressões, gravações ou transcrições de relatos orais, fotografias, filmes, documentos -, mas a cena em que uma relação de confiança se estabeleceu e na qual lhe foram confiados modos de pensar, sentir e viver. (p. 37)

Schmidt (2006) se refere à pesquisa etnográfica ao falar dessa dupla situação do pesquisador de “estar lá” no campo e “escrever aqui” em seu gabinete sobre o que pôde apreender junto aos seus interlocutores. Nesse contexto, não podemos falar de um pesquisador que utiliza o campo para coletar dados, numa atitude neutra e imparcial. A pesquisa participante pode ser entendida como uma co-construção, mantendo uma postura ético-política que compreende o interlocutor como atuante e co-produtor do saber.

Assim, ao nos debruçarmos sobre o sofrimento humano em relações violentas como tema de pesquisa, buscamos olhar para esse fenômeno de maneira a considerar o sofrimento da instituição, dos funcionários, usuários e também o da própria pesquisadora inserida naquele contexto. Nesse percurso, posicionada como pesquisadora e psicóloga clínica, não seria suficiente “um deslocamento de turista, mas um caminhar de viajante-marinheiro, entrelaçando-se nas narrativas dos ‘nativos’ (...) junto e ‘no campo’” (Andrade, Morato e Schmidt, 2007, p. 9). Foi a partir desse referencial teórico-metodológico que buscamos nortear a presente pesquisa no âmbito da Delegacia da Mulher de Recife-PE.

3.1 Situando o leitor no campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) situada em Recife, capital pernambucana. A DEAM, muitas vezes, constitui-se como porta de entrada à rede de proteção à mulher e combate a esse tipo de violência. Desse modo, recebe diariamente denúncias de violências, sendo muitas destas referentes a conflitos entre homens e mulheres que mantêm ou mantiveram algum tipo de relação íntimo-afetiva. A delegacia se desvelou, assim, como um campo fértil e propício às questões do presente estudo.

Abaixo, destacamos um trecho de diário de bordo com informações que ajudam o leitor a visualizar o ambiente da delegacia, além de apresentar as primeiras impressões da pesquisadora ao adentrar o campo.

Provisoriamente, a delegacia está alocada no centro de Recife. No prédio há várias delegacias funcionando. Ao adentrarmos, há uma ampla recepção, placas sinalizando os andares em que cada delegacia está localizada e, às vezes, há um policial no atendimento da recepção. (...) A delegacia da mulher está logo no primeiro andar e há as opções da escada e do elevador. Geralmente subo a escada e me deparo com uma mesinha de recepção que insiste em se apresentar vazia, sem recepcionista. A primeira sensação é de se estar perdido: Com quem falo? A quem recorro? Nem sempre há um profissional para recepcionar as pessoas que chegam e explicar como funciona o serviço em termos de atendimento. Percebi que o público que chegava se sentia tão perdido quanto eu. É preciso, por vezes, contar com a sorte de haver um policial “dando sopa” no corredor e pedir orientação, ou mesmo com a solidariedade das pessoas que já estão aguardando atendimento. (...) O espaço físico da delegacia é no final das contas um longo corredor cheio de salas... Quando chegamos pela escada, do nosso lado direito estão as salas do Plantão Policial. (...) O atendimento do Plantão Policial de cada equipe inicia às 8 da manhã e só termina às 8h do dia seguinte. (...) Finalmente, do lado esquerdo de

quem chega da escada, fica o restante da delegacia que não diz respeito ao plantão. Deste lado, localizamos o cartório, a sala da delegada titular e das demais delegadas. A diferença entre essa parte da delegacia e o Plantão é que neste último chegam os casos flagrantes. (Diário de bordo da pesquisadora)

No que diz respeito ao quadro funcional de policiais que a instituição dispunha no período da pesquisa, ressalta-se que havia um déficit de policiais, com escassez de escrivães e agentes. De acordo com os dados prestados, temos o seguinte quantitativo:

Delegadas – 03

Escrivães – 02

Chefias – 04

Permanente – 04

Intimadores – 04

Cartório – 04

Setor investigativo – 03

O plantão policial, que recebia os casos flagrantes, era formado por 04 equipes numa escala de 24h por 72h. Em três destas equipes havia 01 delegada e 03 policiais (comissário, escrivão, agente). A outra equipe contava com 01 delegada e 01 agente de polícia.

3.2 Estratégias de Ação

3.2.1 Observação participante

A observação participante é um método comumente utilizado em pesquisas sociais e etnográficas, que diz respeito à inserção do pesquisador no campo por um período

determinado de tempo. É um modo de estar no cenário da pesquisa, participando do contexto, interagindo com as pessoas e experiências que se busca conhecer (Silverman, 2009).

Foram realizados três meses de observação na DEAM, entre o período de março a junho de 2012. As observações foram organizadas em três turnos de quatro horas por semana. Os dias e horários foram escolhidos de modo flexível e, ao longo da pesquisa, puderam ir se moldando ao que o cotidiano na instituição revelava, como, por exemplo, dias da semana de maior movimento no plantão e no setor de registro de queixas, horários de atendimento do cartório e de oitiva³ dos homens denunciados.

Os espaços transitados foram o setor de registro de boletim de ocorrência, a recepção, o plantão policial e o cartório, por acolherem a demanda que interessava ao estudo. Foi possível circular nestes espaços e ter acesso a histórias de homens e mulheres, que relatavam aos policiais situações de violência em suas relações íntimo-afetivas.

Nesse sentido, a imersão no campo por meio da observação permitiu a possibilidade de participar e interagir nas conversas informais, registro das queixas, depoimentos aos policiais e demais contextos em que o fenômeno pôde emergir no âmbito da delegacia.

Para o registro das experiências, foi utilizado o Diário de Bordo como ferramenta. Este instrumento é um caderno de anotações em que o pesquisador escreve aquilo que olha, escuta e sente no campo, descrevendo cenas e lhes dando sentido a partir de suas próprias afetações e referenciais. O diário é o espaço de intimidade do pesquisador e, nessa perspectiva, insere-o como ator, implicado e imbricado no ato de pesquisar. Aun e Morato (2009) destacam que

³ Oitiva é um termo comumente utilizado no meio jurídico, que significa audição, no sentido de ouvir.

Diários são marcas em forma de escrita – depoimentos rememorados. Escrever é comunicar, é narrar. Um Diário de Bordo é feito por um protagonista, a próprio punho, disposto a compartilhar uma experiência. Comunicando algo vivido e sentido, um diário é como um tecer de muitas histórias interligadas. Histórias estas também tecidas por entre outras narrativas. (p. 123)

Os diários são tomados como narrativas que se entrelaçam às demais que serão analisadas, trazendo questionamentos, afetações, momentos de angústia e reflexões da pesquisadora.

3.2.2 Entrevistas

Durante o último mês de inserção no campo, foram realizadas 05 entrevistas com dois homens e três mulheres que se encontravam na delegacia e se dispuseram a dar o seu depoimento. Utilizamos como recurso a entrevista narrativa de cunho etnográfico, uma vez que buscamos colher relatos biográficos desvelados no campo, sem agendamento prévio, que contassem sobre a experiência de se estar numa relação afetiva marcada por violência e sofrimento.

O critério de escolha destes interlocutores se baseou apenas no tipo de relação estabelecida entre a mulher denunciante e o homem denunciado. Necessariamente haviam de ser pessoas que estivessem ou que estiveram em situação de violência em suas relações íntimo-afetivas.

As entrevistas foram realizadas individualmente, devido à animosidade e conflito em que chegavam os casais na delegacia. É válido explicitar que apenas no plantão policial era possível encontrar casais. Nos demais setores, encontrávamos o homem ou a

mulher. De acordo com o fluxo de atendimento da instituição, primeiramente, as mulheres chegavam à delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência (BO), quando, a partir de então, era marcado um dia para elas comparecerem com duas testemunhas. Somente após a oitiva das testemunhas das mulheres, os homens eram intimados a comparecer na delegacia. As mulheres denunciantes só retornavam à delegacia quando desejavam fazer uma nova queixa (ou mesmo com a intenção de retirar a queixa já prestada), ou quando precisavam reclamar por “não ter dado em nada” a denúncia prestada.

Desse modo, a possibilidade de realizar entrevista com as duas partes conjuntamente só poderia acontecer no plantão policial, em que o casal em conflito chegava escoltado pela polícia militar e continuava sob sua tutela até o final de todo procedimento. Em alguns casos mais severos, os homens ficavam inclusive detidos num espaço isolado até serem ouvidos. Então, considerando a situação de conflito e animosidade que caracterizava a chegada do casal ao plantão policial, não havia condições de realizar entrevista naquele momento, tendo a pesquisadora optado por entrevistas individuais. Desse modo, apenas um casal foi entrevistado, mas individualmente. Os demais interlocutores (02 mulheres e 01 homem) foram abordados no cartório, durante as observações. Todas as entrevistas foram realizadas sem agendamento prévio, aconteciam a partir do contato da pesquisadora com as pessoas que estavam na delegacia durante as observações participantes.

Por se tratar de uma pesquisa fenomenológica, a escolha dos entrevistados foi intencional e as entrevistas realizadas apresentaram relatos relevantes que permitiram a análise das experiências dos colaboradores que se dispuseram a participar da pesquisa. As narrativas destes cinco atores, que se coadunam em pontos comuns, bem como em aspectos díspares e peculiares, acabam abarcando e ilustrando, de certo modo, a trama

de muitas pessoas e histórias que observamos na delegacia nesses três meses em campo. A voz que ouvimos nessas narrativas soa como uma polifonia, dado que embora toda experiência reserve as suas singularidades, cada narrativa desta acaba falando também em nome daqueles que estiveram no serviço e não foram entrevistados.

3.2.2.1 Colaboradores

O encontro com **Kelly**⁴, 24 anos, parda, se deu na recepção do cartório, enquanto aguardava suas testemunhas serem atendidas. Estava separada há um ano, após seis anos de relacionamento. Tinha um filho de três anos com o ex-marido, concluiu o segundo grau e trabalhava como auxiliar de escritório. Informou que seu ex-marido tinha 28 anos de idade e trabalhava como agente funerário. Não foi possível entrevistá-lo, pois não compareceu na delegacia na data em que foi intimado.

Sônia, 33 anos, negra, também estava na delegacia para apresentar suas testemunhas ao cartório. Tinha três filhos e se encontrava separada após 22 anos de relacionamento. Trabalhava como empregada doméstica. Embora não tenha citado seu grau de escolaridade, podemos apreender a partir de sua narrativa que parece ter um baixo grau de instrução. A diferença de idade entre ela e o ex-marido era de um ano. Também não foi possível entrevistá-lo, pois a polícia civil entrou em greve e a delegacia parou de funcionar no período em que ele foi intimado a comparecer. A greve dos policiais coincidiu com o momento em que a pesquisa estava sendo finalizada.

Carlos, 42 anos, pardo, professor de História e estudante de Direito, estava na delegacia por ter sido intimado em decorrência de denúncia prestada pela ex-companheira, com a qual tinha um filho de cinco anos. Citou que ela era professora de

⁴ Serão atribuídos nomes fictícios a todos os colaboradores.

Biologia, dezesseis anos mais nova, e que chegaram a morar juntos durante onze meses. Não a entrevistamos, uma vez que ela já havia percorrido todo o percurso necessário na delegacia (registro de Boletim de Ocorrência, oitiva de testemunhas) e, portanto, não teríamos mais a possibilidade de encontrá-la na instituição.

O casal **Marília** e **Paulo** foi trazido como caso flagrante para o plantão da DEAM. **Marília** parecia uma mulher de meia idade, sofrida e vitimizada, apesar de ter apenas 28 anos de idade. Trazia a pele clara manchada por hematomas, marcas da violência física. Estava trabalhando há pouco tempo como empregada doméstica e cuidadora de um idoso. **Paulo**, 23 anos, pardo, aparentava ser um rapaz jovem e trazia o semblante mais tranquilo. Trabalhava como taxista e ajudante. Os dois estavam juntos há dez anos e tinham dois filhos juntos, um menino de seis anos e outro de quatro anos de idade. Ambos aparentavam ter baixo grau de instrução.

3.2.2.2 Narrativas de cunho etnográfico

As narrativas foram obtidas basicamente pelo seguinte pedido: “*Fale-me sobre o que te traz aqui na delegacia*”. A partir deste “pedido disparador”, os interlocutores foram solicitados a compartilhar os conflitos e sofrimentos vivenciados em suas relações afetivas, que os havia trazido até a delegacia. Buscamos, a partir daí, compreender os sentidos das experiências, sendo este um dos princípios fundamentais da fenomenologia existencial. Não se trata de formar elos de encadeamentos causais a partir de “por que”, mas investigar *o que* são as coisas e *como* estas se dão (Critelli, 1996).

Para o registro das entrevistas foi utilizado um aparelho iPod como gravador de áudio, com o consentimento prévio dos interlocutores entrevistados por meio de Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas e literalizadas. O processo de literalização envolveu a organização do texto, com a correção dos vícios de linguagem e a lapidação do texto para sua melhor leitura e compreensão, de modo a manter o sentido do texto original.

A escolha da narrativa enquanto instrumento pode ser justificada por esta ser, de acordo com o que podemos apreender a partir de Benjamin (1994), uma forma artesanal de comunicação, uma vez que se constitui como a linguagem que mais se aproxima das experiências dos sujeitos, ao possibilitar que contem suas histórias em nome próprio, delineando suas trajetórias a partir do que lhes faz sentido e significado.

A narrativa, ao contrário da informação, não está preocupada com a verdade dos fatos e com a coerência daquilo que é comunicado. A informação precisa ser concisa, clara, objetiva, ser um fim nela mesma e dar respostas, já que precisa cumprir com sua função, que é a de informar (Benjamin, 1994); a narrativa, por sua vez, é um modo de comunicação que respeita e valoriza as entrelinhas, os não-ditos, as fantasias, as contradições, o caráter mutável e inesgotável das experiências. Segundo Oliveira (2005),

Ao narrar, o sujeito pode retomar a si mesmo numa perspectiva historial e significativa do vivido. Assim, colocando a experiência em trânsito pela linguagem, o sujeito resgata, na própria história, a compreensão do vivido como referência que redimensiona a sua situação, reabrindo possibilidades futuras e permitindo novas perspectivas para o próprio sofrer. (p. 71)

Estamos atribuindo a conotação etnográfica às narrativas por terem se desvelado no campo, no momento da cena/experiência, sem agendamento prévio. A tradição

etnográfica diz do “caráter intrusivo e modificador do movimento que o pesquisador faz em direção a um outro (...), paradoxalmente, desejo de compreender e de encontrar este outro” (Andrade, Morato e Schmidt, 2007, p. 2). Nesse sentido, as entrevistas emergiram do estar em campo da pesquisadora participante junto aos possíveis interlocutores, tendo contado, por vezes, com as interrupções e descontinuidades características do próprio campo, como por exemplo, entrada de policiais na sala para colher maiores detalhes sobre o fato com a mulher denunciante, ou para pedir que a entrevista se encerrasse porque necessitavam conduzir a pessoa para o “xadrez” (isso aconteceu no caso de um homem entrevistado), dentre outras dinâmicas próprias do campo.

Destarte, no campo brotaram as narrativas, experiências de interlocutores compartilhadas com a pesquisadora. E a esta última coube, em sua situação de gabinete (Schmidt, 2006), analisar/interpretar os sentidos que emergiram, tecendo fios e compondo redes com suas próprias compreensões, afetações e referenciais teóricos.

3.3 Analítica do Sentido: norteando olhares e compreensões

Os diários provenientes da observação participante, junto às narrativas colhidas, foram analisados mediante a proposta da Analítica do Sentido de Dulce Critelli (1996), levando-se em consideração o movimento de realização fenomênica que se dá através do **desvelamento** (quando algo é retirado de seu ocultamento por alguém); da **revelação** (uma vez desocultado, esse algo pode ser expresso através de uma linguagem); **testemunho** (ao ser revelado, pode ser visto e ouvido por outras pessoas); **veracização** (por ser visto e ouvido por outros pode ser referendado como verdadeiro) e **autenticação** (quando algo após veracizado, ganha consistência através da vivência

afetiva e singular dos indivíduos). De acordo com a autora supracitada, este é o movimento pelo qual os fenômenos se tornam reais e existentes, e assim podemos vir a conhecê-los.

Para uma melhor explicitação, apresentamos abaixo, em forma de tópicos, a descrição de cada um destes movimentos fenomênicos:

✓ **Desvelamento**

- Tudo que há, enquanto não desvelado, pertence ao reino do nada, do oculto;
- O que é trazido à luz não tem, por determinação, de permanecer desvelado para sempre, nem de uma mesma maneira;
- O reino do nada não está por trás das coisas, mas entre elas e nelas mesmas, constituindo-as;
- Facetas ocultas não são lados em si, mas possibilidades;
- Desrealização, volta para o escuro, velamento: modos de mostrar-se.

✓ **Revelação**

- A tangibilidade do que é descoberto é dada pela linguagem;
- O desocultado precisa ser expressado em alguma linguagem;
- Desvelar: Comunicar, não apenas conservação das coisas;
- O desvelado e expresso (testemunhado) tem de ser visto e ouvido por outros.

✓ **Testemunho**

- O outro com quem alguém fala sobre algo não é um mero receptor de uma mensagem, mas seu co-elaborador;

- Momento de desvelamento/revelação;
- Se as coisas são presença no mundo, o homem é co-presença no mundo;
- Existência: erupção e transformação inesgotáveis (vir-a-ser)/ Um novo si mesmo a partir de cada desvelamento.

✓ **Veracização**

- Coisa alguma é verdadeira em si mesma, mas veracizada mediante uma referência, um critério, algo que venha de fora dela mesma e autorize a ser o que é e como é;
- Reconhecimento da relevância pública: desvelamento.

✓ **Autenticação**

- Sem a autenticação final, o que foi desvelado, revelado, testemunhado e veracizado não chega à sua plena realização;
- Não é de ordem universal – singularidade;
- As coisas só chegam a ser reais sobre o trilho do sentido – as informações precisam de nossas emoções para manifestação;
- As emoções mostram ao eu que ele não é nem pode ser o outro ou vice-versa.

3.4 Considerações éticas

Por fim, é válido ressaltar que o presente estudo obedeceu às exigências éticas do Conselho Nacional de Saúde na Resolução 196/96 de pesquisa com seres humanos, tendo sido solicitada carta de anuência à instituição e TCLE dos interlocutores entrevistados.

O projeto foi submetido a um Comitê de Ética e, só após a aprovação, sob o protocolo nº 42800, foi iniciada a pesquisa de campo e as entrevistas. Uma vez em campo, procuramos agir com discrição e cuidado, levando sempre em consideração o respeito aos policiais e às pessoas que chegavam à delegacia. Para as entrevistas, solicitamos uma sala em que fosse garantida a privacidade, e buscamos prezar pela manutenção do sigilo dos nomes de todos os colaboradores.

4. Sofrimento e Violência nas Relações Íntimo-Afetivas: Possibilidades

Compreensivas no Cenário de uma Delegacia da Mulher

Diante da violência, emudeço. A sensação? Impotência. A saída provável? Distanciamento. Aproximar-se da violência não é fácil. A gente se pergunta a todo o tempo que mundo é esse em que as pessoas se digladiam e se destroem em frente aos próprios filhos. Que mundo é esse em que as crianças já de cedo aprendem a apontar uma faca para a própria mãe? Que mundo é esse em que as pessoas se aprisionam em relações violentas mais do que estariam aprisionadas em penitenciárias ou similares? A gente se pergunta tudo isso e a voz não vem. Não vem resposta. (...) Eu vejo mulheres chorarem desesperadas na delegacia da mulher com medo de morrer porque ninguém pode ajudá-las ou protegê-las das situações de violência em que estão enredadas. (...) Parece que nos faltam ferramentas e nos sobra impotência. (...) Quem escuta aquelas histórias, se não sai nem um pouco afetado é porque talvez já tenha se deixado envolver pela capa de proteção ilusória, a mesma que nos leva a banalizar a violência e o sofrimento das pessoas... (Diário de Bordo da pesquisadora – sentimentos e impressões)

Pedirei licença para falar em primeira pessoa neste capítulo, no intuito de que minha escrita flua e consiga melhor transmitir o que me proponho. Meu tom soará propositalmente literário. Essa parece ser a linguagem que me aproxima da minha experiência em campo e me auxilia na produção de sentidos e significados.

4.1 A experiência de estar na delegacia: uma compreensão do sofrimento na instituição

Vivenciar, mais uma vez, o cotidiano de uma delegacia da mulher não foi uma tarefa simples. Estava em contato constante com experiências que me provocavam indignação e a possibilidade de me afetar com o sofrimento do outro. Nessa perspectiva, experienciei a delegacia como um lugar de desassossego e tensão, que me absorvia as energias. Chamou a minha atenção, por exemplo, o quanto eu sentia sono durante algumas observações. Às vezes, na volta para casa, chorava. O diário acima destacado ilustra um destes momentos de desabafo, e revela como fui tocada. Encontro ressonância no estudo realizado por Lima (2012), quando este autor discorre que

A violência se fez presente tanto para as mulheres – que traziam, muitas vezes no próprio corpo, as marcas de sua negação como ser humano – quanto pelos estagiários, que, ao não encontrarem pré-formatada uma receita do que fazer, se angustiavam diante do “não-saber”; por fim, também pelos policiais, pois sinalizavam claramente que não aguentavam mais “ouvir cotidianamente” os relatos de dor, sofrimento e negação por parte das mulheres. A forma inicial como esse mal-estar se desvelou para os plantonistas, sobretudo por se situarem em um ambiente fortemente marcado pelo atravessamento da violência, deu-se pela multiplicidade de fenômenos psicossomáticos, como, por exemplo, cansaço muscular, esgotamento e, principalmente, por um **sentimento de impotência** (Lima, 2012, p. 139 [grifos do autor]).

O contato com o sofrimento e a violência na delegacia da mulher, fosse através das histórias das denunciantes ou pelo mal estar da/na instituição, parecia me remeter a uma experiência de angústia e de intensificação do meu próprio desamparo existencial. Segundo Lima (2002), “ao nos deter no âmbito das vivências cotidianas do homem é

impossível desatrelar o cuidado e a angústia; em todos os momentos em que nos propomos a cuidar de outrem, estamos de alguma forma, atualizando a *pré-ocupação* com este e conosco” (p. 5).

Nessa perspectiva, a delegacia parecia um lugar incômodo para se estar, tanto para alguns policiais que se mostravam estressados em face às demandas e dificuldades institucionais, bem como para mim, enquanto pesquisadora, pois também me sentia afetada. Ecoava em mim o desamparo de algumas mulheres e a impotência dos policiais diante de certas demandas. Registrei no meu diário o desabafo ruidoso de um policial: “*Eu não aguento mais essas mulheres!*” (*sic*) – exclamou na frente de todas que estavam sendo atendidas. Logo depois, a fala prosseguia revelando seu mal-estar: “*São dois anos escutando os problemas das pessoas, sem nenhuma condição de resolver nada*” (*sic*).

Para Heidegger (2009), “estresse significa solicitação excessiva” (p. 177) e “tem o caráter fundamental de solicitação de um *ser interpelado*” (p. 180 [grifos do autor]). Como modo de lidar com o estresse, fazia-se necessário para os policiais em alguns momentos se despirem do ser policial, como uma agente ao final do expediente expressou enquanto retirava a farda: “*Agora deixa eu tirar a minha fantasia*” (*sic*).

Assim, o sofrimento decorrente da violência nas relações íntimo-afetivas parecia se mostrar não apenas restrito aos homens e às mulheres em situação de conflito, mas reverberante também nos policiais. Poderíamos tentar compreender o estresse como expressão de um modo possível de lidar com a angústia diante da violência diária? A violência parecia se atravessar no cotidiano dos policiais na DEAM a partir das condições de trabalho (precariedade material e estrutural, pelos baixos salários, somados ao excesso de trabalho e escassez de recursos humanos), mas, penso que, principalmente, pelo contato diário com conflitos e sofrimento humano.

(...) Chegou uma mulher relatando muito medo do marido, queria se afastar dele. Pediu para a polícia lhe dar conselhos: “não fique ameaçando a sua esposa!”. (...) Ela queria os direitos dela, e ele não queria dar. Fez ameaças dizendo que se ela fosse atrás dos direitos dela, ele iria “virar bicho”... (...) Ela repetiu, enfática, para a policial que a atendia: “Eu não quero viver com ele, quero os meus direitos. Vinte e quatro anos! Eu quero os meus direitos, não vou perder para ele!”. A policial que fazia o registro do Boletim de Ocorrência virou para mim, visivelmente enfadada, e me disse: “estou chegando ao meu limite, acho que vou precisar de terapia”. (Diário de bordo da pesquisadora – observação no setor de registro de queixas)

Segundo Dantas, Sá e Carreteiro (2009), a palavra “angústia” provém do latim “angust”, que significa espaço estreito, apertado. Como disposição afetiva originária, a angústia pode ser compreendida como abertura existencial: “estreita-se a distância entre o homem e o seu ‘ser-aí’” (p. 4). Abrindo-se, por meio da angústia, às possibilidades da propriedade e da impropriedade, o homem pode inclusive se decidir por continuar se desviando de sua condição de ser lançado num mundo sem representações prévias e, assim, permanecer em sua ilusória segurança. Os autores supracitados citam que “a angústia precisa usualmente ser evitada a qualquer custo, sendo sistematicamente negada e afastada a partir de compreensões defensivas” (p. 5). As demandas da delegacia talvez ponham em cheque a todo o momento a aparente segurança de nossa condição de ser-no-mundo, e para não sucumbir à angústia, podemos encontrar na banalização da violência e do sofrimento, na antipatia ao outro que nos interpela através de suas queixas, válvulas de escape à desorganização de nós mesmos.

“É engraçado, a gente sempre ouve do policial que é a gente que aceita” – falou para mim uma mulher enquanto relatava seu caso ao policial. O ex-marido arrombou a porta do flat dela e não quis pagar o conserto. (...) Ela realmente

parecia estar com muita raiva do ex-marido. Disse que ele não foi homem, não teve caráter ao não pagar o conserto da porta que ele mesmo havia quebrado. Além disso, ele também estava com o celular dela e o devolveu sem chip. (...) O policial que estava atendendo ficou sério o tempo todo. Senti como se não estivesse sendo muito solícito, não a olhava e quando ela pediu um “feedback” dele, pareceu bastante grosso com ela. Disse que não iria opinar, mas acabou opinando... Falou que eles eram grandes e poderiam se resolver. Referiu-se à situação como “picuinhas”. A mulher argumentou que ele não sabia o que ela havia vivido nesses nove anos com aquele homem, ao que ele retrucou dizendo que ela havia vivido o que viveu porque quis, porque aceitava. Disse que se fosse ele, na primeira ofensa já teria se separado. Ela respondeu que ele não sabia o que era gostar de alguém, ao que o policial mal a esperou terminar o pensamento e argumentou que ele realmente não gostava de ninguém, que gostava de si mesmo e quem gosta de si não permanece num relacionamento violento. (...) Quando ela saiu, o policial virou para mim e disse: “Paciência, paciência para aguentar tanta besteira!”. (Diário de bordo da pesquisadora - observação no setor de registro de queixas)

Por vezes, a violência trazida à delegacia cotidianamente através das queixas das mulheres parecia adquirir o caráter de um “velho texto batido”. Percebia que se tornava cansativo, especialmente para os policiais que registravam boletins de ocorrência ou recebiam os casos flagrantes no plantão, o conteúdo repetitivo daquelas vivências conflituosas. Além disso, eram relatadas histórias que não diziam respeito apenas a agressões físicas ou violências que se enquadram facilmente como práticas criminosas; as queixas das mulheres frequentemente estavam carregadas de conteúdos emocionais e sociais, que, muitas vezes, não são compreendidos como demanda para a DEAM. Ademais, não raramente, os policiais eram procurados para serem mediadores das dificuldades enfrentadas nessas relações íntimo-afetivas. Parece que ao cessar a possibilidade de diálogo entre o casal, os policiais são solicitados a exercer o papel

daqueles que devem ditar os rumos da relação ou da separação, incluindo a divisão dos bens. Sobre essas questões, Brandão (2004) discorre que

Neste contexto, para que o(a) policial consiga desempenhar adequadamente suas atividades, deve subtrair a dimensão de crise inerente ao conflito (que comporta diversos sentimentos – a emoção, o medo, a angústia, a tristeza, a raiva). Deve manter-se distante e imparcial para conseguir apurar as denúncias que se sucedem. Como esta exigência torna-se muito difícil para a maioria, é perceptível uma certa inquietação gerada pelo trabalho que desempenham. O problema é que tal inquietação vem redundando em uma postura policial cética. Desse modo, tendem a subestimar ou desprezar a própria intervenção, ignorando uma dimensão social fundamental que a DEAM potencialmente possui, mas que não consegue explorar pelos constrangimentos relativos à reprodução de uma cultura corporativa. (p. 96)

As situações trazidas pelas mulheres, por seu caráter repetitivo e tão arraigado culturalmente, poderiam parecer banais, mas ilustram, como pano de fundo, modos de desconformação sutis ou mais explícitos, fundamentados na violência de gênero. Considero que há de se ter abertura para compreender esse contexto sociocultural. Caso contrário, a delegacia da mulher pode vir a se tornar mais um espaço de não legitimação, descrédito e desconformação das mulheres. E, portanto, mais um lugar que não acolhe o sofrimento, embora, como ressalta Lima (2012), a delegacia *a priori* não seja pensada como um espaço de acolhimento e cuidado, restringindo-se à operacionalização da lei.

Nessa direção, pensar a situação dos homens na delegacia também é importante. Nas cenas de oitiva dos homens o sofrimento parecia se apresentar de um modo mais

velado. Comumente, os homens nas oitivas se colocavam no lugar de desconstrutores das narrativas das mulheres, esforçando-se para negar a autoria de qualquer ato de violência, ou para apresentar outras perspectivas das vivências narradas, nas quais eles não figurassem como “bandidos”, “agressores”, “violentos”.

Acompanhei hoje a oitiva de um homem que, como de costume, negou todo o relato da mulher e se colocou como vítima. (...) Percebi que ele suava de tão nervoso, mesmo com a sala refrigerada... (Diário de bordo da pesquisadora – observação no cartório)

Ele continuou dizendo que não fez nada, que seria preso injustamente. Acho que ele não se apropriou de nada. Não aprendeu nada com essa experiência... Ele não foi trabalhado, não recebeu nenhuma orientação, não teve espaço para refletir, para produzir novos sentidos... (Diário de bordo da pesquisadora – observação no plantão policial)

Importa refletir que, embora as mulheres se encontrem em posição desprivilegiada com relação aos homens na sociedade, a violência não é uma via de mão única e precisa ser compreendida além da lógica binária e simplista de “homem agressor” e “mulher vítima”. A (re)produção e as consequências da violência de gênero atingem, ainda que de diferentes modos, tanto o homem, como a mulher. Segundo estudo da OPAS (apud Medrado e Mélo, 2008, p. 81), “a pessoa que vive em um contexto violento, que tende à violência, também se encontra em maior risco de sofrer desordens alimentares, alcoolismo e abuso de outras drogas, estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, fobias/pânico e baixa auto-estima (...)”. Reconhecer e acolher o sofrimento do homem em situação de violência não é simples, inclusive porque tendemos a culpabilizá-lo e a perder de vista não apenas o caráter relacional da violência, como também os aspectos da socialização do homem na sociedade, dentre outros aspectos importantes, ônticos e ontológicos, que viemos salientando ao longo deste trabalho.

Nessa direção, Heidegger (1981) pontua que “o ser contra o outro, o ser sem o outro, o passar pelo outro, o não importar-se com o outro, são todos modos possíveis de solicitude” (p. 40). São esses modos “deficientes e indiferentes” que “caracterizam cotidianamente o habitual ser-com-os-outros” (p. 40). Por vezes, os policiais pareciam se posicionar a partir desse modo de solicitude. A eles cabe serem técnicos da lei, mas penso que naquele contexto não há como não sermos tocados de alguma maneira pelo sofrimento do outro e, nesse sentido, concluo que a delegacia é um lugar de tensão, instabilidade, onde, dia após dia, policiais, mulheres e homens em situação de violência se equilibram numa espécie de “corda bamba emocional” atravessada pela violência.

4.2 Compreendendo a violência e o sofrimento nas relações afetivas a partir das narrativas

*Quem dera uma sociedade justa,
quem dera o amor não se transformar,
em horror, ódio, repulsão,
sem emergências,
sem violências.
“Maria nos Penhascos”-
C. Ferraz / Estrógeno*

Passarei às possibilidades compreensivas sobre o sofrimento e a violência nas relações íntimo-afetivas que se desvelaram a partir das narrativas. Para contextualizar, considero relevante iniciar apresentando trechos das narrativas que abarcam resumidamente o drama de cada um dos interlocutores entrevistados na delegacia. Assim, estou chamando de “episódio” cada situação e atribuí nomes fictícios para os colaboradores.

Notavelmente, o enredo comum às narrativas é a violência, expressa em suas diversas facetas. Atrelado às situações de violência e de conflitos relacionais buscarei, nesse momento, compreender o sofrimento velado, apresentando possibilidades de

tematização, a partir das experiências narradas, num esforço de “acompanhar o outro na expressão do que lhe dói” (Braga, Mosqueira e Morato, 2012, p. 557).

Episódio I – Marília e Paulo

Durante esses dez anos eu venho sofrendo isso. Ele com outra pessoa, frequentando minha casa, me agredindo... (...) Eu ia levar meus filhos e arrumar outra casa para morar sozinha em outro bairro para não ter contato com ele, só que ele não aceita isso. (...) ele veio de novo me agredir com a mão, com chute, puxão de cabelo, jogando as coisas em cima de mim, me esculhambando, dizendo que eu sou “gaiêra”⁵ (...) Aí, o que eu fiz: chamei a polícia para ele.
(Marília)

O relacionamento quando não dá mais certo a gente deixa, não é? Mas só que a mulher insistiu muito, aí depois que inventaram essa Lei Maria da Penha... (...) Quer agredir, não quer ser agredida. Como é que pode? (...) Estou aqui porque errei... Veio me bater, quis me defender, e olha aqui como estou [mostrou as algemas]. (...) Só disse a ela que meus filhos não iam se afastar de mim, eu tinha direito disso também... (Paulo)

Episódio II - Kelly

Foi na sexta-feira à noite que o pai do meu filho chegou lá em casa para pegá-lo. (...) Eu não permiti porque a criança estava febril, com problema de cansaço, e eu não queria que ele levasse o menino doente (...) eu não ia conseguir dormir, nem ia conseguir no outro dia ficar bem, sabendo que meu filho tinha ido passar a noite com o pai como estava, doente, e eu não iria estar ali junto vendo... (...) Ele poderia ter levado outro dia e ele não entendeu... Insistiu para poder levar a criança, (...) me ameaçou na presença de todo mundo (...) me

⁵ Expressão comum na cultura local, que se refere a “colocar galho na cabeça do outro”, ou seja, trair, ser infiel.

esculhambou. (...) Quando me agrediu ele estava com o menino nos braços, (...) deu uma cabeçada no meu nariz. (sic).

Episódio III - Sônia

(...) chegou um tempo em que o ciúme dele era muito forte, entendesse? (...) quando o marido passa a desconfiar da mulher e ela passa a desconfiar do marido não dá certo... (...) eu também era muito ciumenta, não vou negar (...) não podia vê-lo com uma mulher que queria brigar, fazer bagunça com ele. (...) A gente brigava muito na frente dos meninos... (...) Aí chegou ao ponto de acontecer isso, que eu disse que não o queria mais, (...) ele disse assim: “se tu não for minha, também não vai ser de mais ninguém”. Aí ele fez mesmo assim... (...) partiu para a violência. (sic)

Episódio IV - Carlos

Desde que a gente soube que ela estava grávida, ela veio morar em nossa casa e aí foi quando eu passei a conhecê-la. Aliás, nós passamos a nos conhecê-la. Mas nunca houve assim uma interação maior entre a gente. (...) Ela tem uma rejeição com o fim do relacionamento. Quando ela não consegue me atingir, ela se volta para o garoto. (...) nesse dia calhou numa discussão mais forte e eu me lembro que (...) foi a primeira tentativa dela de me enquadrar na Lei Maria da Penha. (...) ela foi à varanda, gritando, dizendo que eu estava agredindo ela. (...) eu acredito que essa rejeição pelo fim do relacionamento acicatou mais ainda essa vontade de alguma forma me punir... (sic).

Partindo dos episódios relatados, inicio uma tentativa de compreensão dialogando com alguns teóricos, tendo como referência as pesquisas realizadas. Para Lima (2012), um dos fundamentos essenciais intrínsecos ao conceito de violência, sobretudo a violência interpessoal, está na composição de uma relação na qual “uma das

partes lida com a outra parte como coisa, objeto e não como *outrem*, ou seja, há uma negação do Outro, do diferente, frente a si mesmo.” (p. 38). O referido autor explicita que “essa negação implica a possibilidade de uma forma de relação utilitária – que estabelece a negação sobre o outro e o poder de decidir – e imperativa.” (p. 38).

Embora seja possível dizer que conflitos e violência nas relações íntimo-afetivas sempre existiram, na era da técnica esses modos de relação parecem se intensificar, uma vez que impera o pensamento metafísico, cujo traço constitutivo é a vontade de domínio sobre todas as coisas (Michelazzo, 2000).

Uma leitura acurada do relato destes interlocutores parece revelar um modo de ser e de estar com o outro atravessado por esse espírito da época atual, que se configura “em meio ao mais extremo esquecimento do ser manifesto no predomínio incontestado da caça tecnocientífica calculada e planejada dos entes” (Duarte, 2010, p. 35). Essa cultura tecnológica parece trazer como implicações uma restrição na nossa interpretação do real (Michelazzo, 2000), na forma como o homem contemporâneo dá sentido ao mundo, uma vez que passa a enxergar a si mesmo, e aos outros entes, enquanto “voluntário e funcionário da vontade de vontade que a tudo pretende controlar, calcular e ordenar” (Duarte, 2010, p. 35). Nesse sentido, o homem apreende os entes como fundo de reserva, cabendo-lhe o papel de explorador desse fundo, mas também não escapa de ser ele mesmo objeto a ser explorado (Michelazzo, 2000), sendo assim, numa tal conjuntura, violentador e violentado.

Partindo desse caminho de pensamento, como podemos apreender a violência e o sofrimento decorrente, expressos nessas narrativas? Apresentam-se a partir de cenas e queixas de ciúmes, sentimentos de posse, controle, dominação, humilhação, tentativas de restrição do poder-ser do outro, desconfirmação, manipulação - que podem, ou não, culminar em agressão física. Como pano de fundo, parecem figurar “os próprios modos

de ser do homem na contemporaneidade, cuja organização social que cada vez mais restringe o espaço para a palavra, favorece modos malogrados de singularização nas relações entre o ser-aí e o mundo” (Braga, Mosqueira e Morato, 2012, p. 567). É importante ressaltar que “homem” na citação ora destacada está se referindo ao ser humano, independente de gênero ou sexo. Restrito o espaço para a palavra, a violência parece encontrar caminho livre para se configurar, inclusive enquanto modo de comunicação predominante nessas relações afetivas, desvelando-se como sofrimento.

Ela disse que se eu não ficar com ela, eu não fico com mais ninguém. Ou ela me bota na cadeia, feito ela está querendo fazer agora, ou me mata. Qual a mãe que vai abrir a boca e dizer que vai envenenar os filhos? (...) Ela não me deixa sair [da relação], ela faz de tudo, bota meus meninos no meio... (Paulo)

Ele diz: “vai, Pedrinho, mete a faca nela”. (...) Aí como é que eu me sinto ao chegar em casa do trabalho, chamar um filho para me dar um cheiro e ele vir com violência também porque o pai ensinou? O pai chega para ele e diz: “oh, não é tua mãe, isso é uma cachorra, uma rapariga safada, quando tu crescer, tu foge, vem morar comigo.” (Marília)

Podemos apreender nas narrativas uma dimensão de desconfirmação do outro, marcada por uma relação em que predominam modos de estar-com-o-outro utilitários, a partir dos quais até os próprios filhos são tomados como brinquedos, moeda de troca, marionetes manipuladas a serviço das artimanhas de afetar o outro, infligindo dor.

Ele insistiu para poder levar a criança, até que ficou naquela confusão, naquele negócio de vai e não vai... Foi quando ele me ameaçou (...) que se eu tirasse o menino dos braços dele, eu não iria sair mais dali... (Kelly)

Quando ela não consegue me atingir, ela se volta para o garoto. Por exemplo, se dependesse dela, o garoto não estaria aqui, estaria no interior. Ou seja, afastando o filho do pai, eu o retaliao. (Carlos)

Diante dessa situação, apelo para Duarte (2010), que nos possibilita refletir que “(...) se o poder não é nada mais que a possibilidade de dispor de algo, então a vontade de poder é vontade de dispor de tudo, podendo definir-se também como vontade de vontade, vontade de querer, não importando o quê.” (p. 34). Desse modo, o homem contemporâneo parece nada querer perder. Espera obter controle sobre tudo, até mesmo sobre as outras pessoas, de qualquer maneira e, por vezes, inclusive pela violência. Sobre isso, Michelazzo (2000) diz: “Ora, uma superioridade que não vê senão a si mesma como medida de todo real, pode, então, se permitir a todas as desmedidas, sentir-se autorizado a cometer todos os excessos e a transgredir todos os limites.” (p. 102).

Nessa direção, é visível que enfrentamos na cultura contemporânea uma crise ética que a todos afeta (Malpas, 2012). Como pesquisadora também foi inevitável não me sentir tocada, revirada, mexida com as desmesuras escutadas e percebidas no cotidiano da delegacia, bem como nas entrevistas realizadas. A todo o momento, a angústia predominava enquanto tonalidade afetiva e questões como estas eram mobilizadas:

O que eu faço como ser-no-mundo-com-os-outros em meio a essa violência? Banalizo? Finjo que não é comigo? Finjo que acho natural? Pergunto-me onde está a sensibilidade, a humanidade, a ética, o respeito... Onde está a indignação das pessoas? A violência é normal? (Diário de bordo da pesquisadora)

Cuidando de ser-no-mundo-com-os-outros o homem constrói a sua morada, seu ethos, torna-se ético. A ética implica apropriar-se do modo de ser-no-mundo como ser-

aí, compreendendo que ser livre inclui limites e que as escolhas envolvem renúncias. A ética também perpassa pela compreensão de que o homem é uma história em aberto, de modo que sempre está destinado a poder-ser e, portanto, sempre no encaixe de um poder-ser mais próprio (Pompeia e Sapienza, 2011).

Nesse sentido, Pompeia e Sapienza (2011) compreendem a ética como o segundo nascimento do homem, uma vez que caracteriza o modo como assumimos o poder-ser mais próprio. Nessa perspectiva, nascer homem não significa ainda assumir a condição de tornar-se humano, uma construção que vai se dando a partir da apropriação dos acontecimentos da vida, e que pode também não ocorrer. Nascer homem remete, simplesmente, ao modo como o ente homem se apresenta onticamente.

Malpas (2012) enfatiza a derrocada da ética no mundo contemporâneo, chegando a referir-se a uma espécie de doença ética que nos ameaça na atualidade. O autor discorre sobre fenômenos contemporâneos como o individualismo, o generalismo e o prudencialismo, que têm implicações na construção do valor ético, enquanto *ethos*. Num mundo assolado por tal enfermidade ética, sem profundidade e enraizamento pensante, sem hierarquia, distinções de qualidade, em que qualquer coisa vale por qualquer coisa, como reflete Duarte (2010), parece anunciado o império da violência.

Nessa direção, Critelli (1988) aponta que o Ocidente metafísico instaura uma interpretação de ser a partir da qual “ser é definido como um objeto sem mistérios que a Razão calcula, prevê e controla” (p. 69), de modo que é “limitado ao seu caráter de ser ‘Razão do ser’ que o homem vê decifrado o seu destino” (p. 69). Nesse sentido, Critelli (1988) discorre que o homem fica de algum modo compelido a distanciar-se de seu próprio ser, já que é convertido a uma Razão impessoal e anônima. Dessa maneira, a tarefa de ser si mesmo “passa a ser oficialmente responsabilidade desse estranho anônimo que, na Razão, são todos e ninguém em especial” (Critelli, 1988, p. 69).

A partir daí, torna-se possível refletir que em face à redução de espaços para manifestação de modos outros de subjetivação, parece haver a produção de modos de ser cada vez mais estáticos e estagnados (Morato e Aun, 2007). Isso ajuda a compreender concepções sobre a violência mergulhadas no vazio impessoal, pautadas na falta de reflexão e cristalizadas em valores sociais pré-formatados que naturalizam a violência como única possibilidade de ser-com-o-outro em situações de conflito, como expressam os relatos a seguir:

Sou violento por uma coisa: você é quieta, eu sou quieto. Mas, a partir do momento em que você vem me agredir, eu tenho que me defender, basta ser um homem ou uma mulher. É meu instinto natural, um instinto de sobrevivência, assim como de qualquer animal. Você pega um cachorro e chuta. O que o cachorro vai fazer? Vai lhe morder. (...) Minha reação é essa. Se vier me bater, quer apanhar também. Só que ela é mulher, não tem força contra mim. Então, para que quer me agredir se não tem força contra mim? Querer me bater, me humilhar no meio da rua? (...) A mulher vem bater na sua cara, te humilhar, ela não quer outra coisa não... (Paulo)

A agressão aconteceu num dia em que ela não quis deixá-lo levar o filho, porque estava doente e ela não daria conta de ficar longe dele. Quando desligamos o gravador, ela me contou que no meio daquele conflito, às vistas de seus pais e vizinhos, ele lhe deu uma cabeçada no nariz e disse: “estou fazendo isso por causa da sua malcriação...”. (Diário de bordo da pesquisadora – anotações após a entrevista com Kelly)

Diante dessas narrativas, questiono a partir de Morato e Aun (2007): estaria o ser humano cada vez mais atrofiado e limitado na reflexão de seu agir social?

Lima (2012) chama a atenção para a dimensão de violência que parece existir no próprio cerne das experiências do ser humano nessa configuração sociocultural

contemporânea em que se encontra. Segundo o referido autor, “parece que levamos como parceiro constante um desassossego que vem acompanhado do ‘estreitamento’ dos sentidos e significados das nossas experiências do mundo.” (p. 31). Sem maiores reflexões, a violência parece fazer morada nos modos de se relacionar, podendo ser experienciada como sofrimento.

Faz-se interessante compreender como esse sofrimento foi experienciado e pôde ser apropriado em cada narrativa colhida.

4.2.1 “É pau, é pedra, é o fim do caminho”...

Aí dizem que no começo são flores e depois vêm os espinhos... (Sônia)

A fala de Sônia remete a uma relação que vai se deteriorando no caminho, desvelando os seus espinhos. Mas, também diz da percepção do casal apaixonado que só vendo flores em seu percurso, não enxerga os espinhos, não lhes dando acolhida na relação. Na tentativa de aproximação da experiência relatada, recorro a Ramos (2003) ao apontar que numa era de extrema velocidade e eficácia, na qual para tudo é exigida demasiada rapidez e conquistas imediatas, sob o risco de se esvaír a qualquer momento o seu sentido, destaca que

Desde essa perspectiva, sobra pouco espaço para cuidar de uma relação – que requer tempo, paciência, desprendimento e solidariedade para ser construída e consolidada. Já no momento do encontro amoroso inicial, o par almeja que a relação venha pronta, que só “dê bônus e que não tenha ônus”. (p. 63)

Sônia conta que sofreu muito em sua relação marcada por ciúmes, traições, dificuldades financeiras, problemas com bebida e agressão. Foram 22 anos, incluindo também a época do namoro, numa relação ciumenta e possessiva por parte de ambos.

Eu sofri muito. Sofrimento assim... por causa de relação, de alimentos para os meus filhos, sofrimento em caso de bebida, amigos, porque ele tinha muitas amizades de menina, mulher, amigas, mais mulher do que homem... Eu sofri muito, eu pretendo terminar mais esse sofrimento, dar um fim nisso. (Sônia)

Diante de tal sofrimento, resolveu se separar, mas seu companheiro não aceitou a perda, passou a fazer ameaças, amedrontá-la com discursos machistas e dominadores de que se ela não fosse dele, não seria de mais ninguém. Sônia reconhece que essa relação de posse foi construída pelos dois e reflete:

Se a gente não tivesse nenhum ciúme, nem eu dele, nem ele de mim, a gente estaria feliz até hoje. (...) Eu tinha muito medo de ele dizer “não te quero mais”, essas coisas assim... Eu sempre dizia bem assim: “eu estou com três filhos, se eu te perder agora, eu vou sofrer, não tenho canto para ir, não tenho trabalho, não tenho nada”. Eu pensava assim. Nessa época, eu não trabalhava, ninguém me ajudava. Eu vivia dependente mesmo dele ali, só tinha ele. E meu medo era perdê-lo. (Sônia)

Diante da experiência de perda e desamparo vivida por Sônia, podemos desvelar como possibilidade compreensiva a condição da perda como algo comum aos seres vivos. Pompeia e Sapienza (2011) citam que a árvore pode perder as folhas, assim como o cachorro pode ter a pata amputada. Os autores discorrem, contudo, que as perdas humanas são de outra natureza. O cachorro que teve a sua pata amputada, por exemplo, notavelmente sente dor, tem os seus movimentos limitados e, assim, modifica alguns

comportamentos. Mas, quando se trata do homem, “uma perda é interpretada por ele como algo que penetra em seu mundo de significados, transformando tudo” (p. 94).

A fala de Sônia expressa o medo que tinha da perda do companheiro como medo também da própria perda dos sentidos que davam suporte a sua vida, um “chão seguro” para se firmar. Nesse sentido recorro, novamente, a Pompeia e Sapienza (2011, p. 97) trazendo um questionamento que nos leva à reflexão: “de que forma a pessoa vai conseguir acolher como fazendo parte de sua vida um acontecimento que chega e, exatamente, desarticula sua vida?”.

Partindo desse pensamento, talvez a reação negativa e violenta do companheiro de Sônia frente à separação – que, diga-se de passagem, parece ser a reação de muitos homens que são denunciados na DEAM – possa ser compreendida como reação disruptiva em face ao desalojamento proporcionado por um acontecimento que chega e desarticula a vida. Tendo em vista que, a violência parece ser, muitas vezes, o único recurso que a cultura oferece aos homens para (não) lidar com as experiências que desagregam e angustiam.

Sônia diz: “*Se a gente não tivesse nenhum ciúme, nem eu dele, nem ele de mim, a gente estaria feliz até hoje*” (sic). Essa sua fala me leva a refletir a partir de Rubem Alves (2008):

O ciúme nasce quando se toma consciência de que a pessoa amada é livre. Ela é um pássaro pousado no ombro. Nada o prende. Pode voar quando quiser. Alguns ciumentos, tolos, acham que casamento é gaiola, que garantirá a posse do pássaro. Mas nada garante a posse do pássaro. Nem mesmo a morte. O pássaro voa, o pássaro volta... Mas pode ser que voe e não volte... (p. 33)

Os sentidos pré-moldados que circulam no discurso cotidiano e impessoal sobre as relações afetivas ensejam o intento de aprisionar o pássaro na gaiola para que não voe. Esse modo de se conceber a relação afetiva por si só parece violento e gera sofrimento. Ademais, penso que há de se compreender que na medida em que é convocado na contemporaneidade a estabelecer relações utilitárias com tudo o que o cerca, inclusive com os possíveis parceiros amorosos, e também consigo mesmo, o homem sofre um profundo desenraizamento (Sá, Mattar e Rodrigues, 2006).

Numa direção semelhante, acontecimentos como traições, ciúmes, agressões físicas e verbais, falta de compromisso e responsabilidade na relação, parecem também se configurar na narrativa de Kelly como os espinhos de sua relação afetiva que lhe causaram sofrimento e motivaram a separação. Mas, naquele momento ali na delegacia, a sua dor latente parecia estar focalizada na situação de constrangimento e desconfirmação vivenciada junto ao ex-marido, mais recentemente, que envolveu uma “disputa” pelo filho, porque ela não permitiu que o pai levasse a criança doente para a casa dele. Nessa situação conflitante, o modo encontrado por ele foi agredi-la publicamente. Diante de tal reação, Kelly tenta justificar sua posição ao indicar:

Quando você (...) casa, principalmente depois que você tem filhos, espera viver com aquela pessoa, criar os seus filhos, educar ao lado de seu esposo. E terminar um relacionamento de sete anos da forma como foi terminado, a ponto de ter brigas e confusões na rua de minha casa, onde eu nasci e me criei... (...) Então, realmente, para mim foi horrível... (...) Foi muito constrangedor ter de vir à delegacia, prestar queixa, chegar ao hospital, ter de relatar o fato, tirar raio-x de face, ver se quebrou o nariz, e na empresa que você trabalha, você ter de mostrar documentação... Foi horrível... (Kelly)

Do mesmo modo, parecia doer ter de compartilhar a guarda do filho com o ex-marido, tendo inclusive se emocionado ao falar a respeito disso:

Quando ele vem buscar a criança, principalmente quando é para dormir, que eu durmo sem o meu filhote, é horrível. (...) O que eu queria era ter convivido com os dois juntos, que ele fosse um pai presente, um bom homem, tanto como marido, quanto pai, mas ele nunca foi. (...) A opção foi dele de ter feito tudo ao contrário para que o casamento não desse certo... Então, quando ele vai buscar o meu filho... Ai! É a pior parte do mundo... (Kelly)

Ser diminuída, agredida, humilhada publicamente parece ter sido experienciado como sofrimento por Kelly, o que se manifestou através da raiva que a impulsionou a procurar a delegacia e denunciar o abuso sofrido.

Assim como Kelly, também podemos encontrar na narrativa de Carlos o sofrimento pela possibilidade de ser distanciado do filho, o que, no caso dele, é experienciado como retaliação por parte da ex-companheira, a qual não teria aceitado bem o final do relacionamento. Sobre seu sofrimento, ele diz:

(...) o dano que eu sofri, eu já diluí. Até porque logo que eu me separei, eu busquei apoio psicológico. Foi rápido, mas eu me senti muito bem. (...) Porque meu sofrimento era por conta do garoto. Ficar afastado dele da forma que ia ser... Eram 90 quilômetros que nos separavam e três semanas. Um bebezinho... Eu vi essa criança nascer, acompanhei toda a gestação. (...) Até hoje eu convivo com essa ameaça. Teve até uma aluna que disse: "seu 'calcanhar de Aquiles' é a criança". (Carlos)

Carlos narrou uma relação perturbada, na qual percebia um desequilíbrio por parte da companheira. Atribui o "fracasso" da relação a uma incompatibilidade de

gênios que o fez se desencantar. Além disso, tornava-se cada vez mais difícil a convivência com uma pessoa que “*sempre foi muito voluntariosa, sempre quis as coisas do jeito que ela queria*” (sic).

Eu me desencantei foi com a incompatibilidade de gênio. Chegou um momento que eu só estava com ela mesmo por conta do garoto, porque eu acreditava que ele crescendo, ela amadurecendo... Eu tinha uma expectativa grande de manter a família. Mas, eu também fiquei muito chateado com a perspectiva de você estar convivendo com a pessoa e essa pessoa estar puxando o teu tapete e de uma maneira perigosa... (Carlos)

Por diversas vezes durante a narrativa, Carlos lançou mão de explicações teóricas para fundamentar o argumento de um possível desequilíbrio psicológico por parte da ex-companheira, chegando a citar a possibilidade de uma esquizofrenia. É importante analisar que como estudante de Direito, Carlos parece construir sua narrativa embasando-se em argumentos teóricos de sua área, e também em teorias psicológicas, para desqualificar a denúncia da ex-companheira. Mas, independentemente da existência de um transtorno mental, o que parece se desvelar em sua fala é a dificuldade que tiveram enquanto casal para estabelecer uma relação de proximidade, convivência e intimidade.

(...) eu costumo sempre dizer que o relacionamento da gente foi sempre antes e depois de ela vir morar comigo... Porque até mesmo na época da gestação ela cometia coisas que extrapolava. É difícil conviver com uma pessoa que... Eu acho que quando você vai para uma vida a dois, não cabe mais o pronome da primeira pessoa do singular: eu, eu... É “nós”. (Carlos)

Sempre que acontecia esse incidente, esse vozeirio lá em casa, incomodava todo mundo, eu tinha que escutar: “você é isso, você é aquilo, você é um otário,

você praticamente tem uma relação matrimonial com a sua mãe...”. E eu dizia a ela: “você não pode cobrar nada, porque a gente não planejou absolutamente nada”. (Carlos)

Nesse sentido, Carlos parece nos contar nas entrelinhas que o encontro não aconteceu, apesar de todos os esforços que julgou empreender para cultivar a configuração familiar que começava a se formar, e assim, preservar o que já havia frutificado (o filho dos dois). Aquela gravidez não planejada, a união aos atropelos, a diferença de idade/maturidade de dezesseis anos, a impossibilidade de sustentar uma relação que insistia em não se concretizar, são estes os elementos desta narrativa conflituosa, na perspectiva de Carlos.

A gente frequentava a mesma praia no interior, então íamos os dois de férias e a conheci através de parentes meus. A gente, de vez em quando, se encontrava lá, algumas vezes aqui, mas nunca foi uma coisa assim... Um namoro tradicional, certo, enfim. (...) Ela só foi morar lá em casa porque minha mãe convidou (...) a criança permaneceu lá 11 meses... No final, (...), a gente não se entendia mais. (Carlos)

Parafraseando o poeta Vinícius de Moraes, “a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”. Contudo, na contemporaneidade, marcada pela essência da técnica e suas implicações nos nossos modos de vida, a máxima parece ser: “... tudo menos convidar ao encontro; tudo menos envolver-se” (Schluter e Lee *apud* Bauman, 2004, p. 83). Ainda na tentativa de compreender a situação relatada por Carlos, encontramos em Sá, Mattar e Rodrigues (2006) uma possibilidade interpretativa para tal situação:

À medida que nos compreendemos como indivíduos, que, baseados em um modo de pensar estratégico e calculante, devem competir pelos recursos limitados da natureza, as relações que estabelecemos acabam por se constituir em alianças estratégicas, onde o outro é visto como um aliado ou um possível obstáculo. Estas alianças são, por característica, temporárias, sendo mantidas enquanto me são convenientes, ou desde que permitam que eu me “sinta bem”, ou mesmo enquanto possibilitam o meu “crescimento pessoal”. As relações se constituem, então, em contratos entre dois indivíduos, sendo francamente desveladas ao modo da utilidade, ou seja, o seu sentido é o de trazer algum ganho àqueles que nelas estão envolvidos. Este modo de relacionamento marca o casamento, as amizades e as relações afetivas em geral no contemporâneo. (p. 119)

Nessa conjuntura, faz-se possível pensar o desencanto aludido por Carlos em sua narrativa, o qual também pode ser percebido nas vivências afetivas dos demais colaboradores, a partir de um contexto mais amplo, de ser-com-o-outro num mundo que, atravessado pela essência da técnica moderna (Heidegger, 2007), parece perder a abertura para o mistério. E, nesse contexto, também parece possível compreendermos o esvaziamento de sentido nas relações que o ser humano estabelece ao modo da utilidade, bem como a dificuldade de vinculação, a superficialidade, a mecanicidade, o aprisionamento às representações (amor romântico, gênero, relações de poder, violência).

4.2.2 Uma prisão sem muros

Queria que ele entendesse que tem uma família para sustentar e lembrasse da gente... Ele não dá mais atenção à família... Só na hora da agressão física... Está vivendo só por viver. (...) Eu me sinto um lixo, não sinto que sou mãe, nem nada não. (Marília)

Não era a primeira vez que Marília e Paulo protagonizavam cenas de agressão que culminavam na DEAM. Paulo já era conhecido entre os policiais militares que o levaram junto a Marília para a delegacia. Foi relatado por estes policiais que Paulo é muito querido entre eles e que da última vez se juntaram para pagar a sua fiança. Referiram-se a Marília como uma “joinha”, “problemática”. No momento da entrevista com Paulo, um dos policiais militares entrou na sala e se despediu da seguinte forma: *“Irmãozinho, boa sorte para você aí, visse meu irmão! Você é um cara gente boa, mas fazendo uma besteira dessa...” (sic).*

Por este contexto inicial podemos apreender um pouco do desamparo de Marília, que não encontra sequer nas instituições de segurança pública, espaço de legitimidade e reconhecimento de seu sofrimento. Compreendemos que esta atitude dos policiais militares desqualifica Marília, estigmatizando-a. Trata-se de uma postura que reforça as desigualdades de gênero. Sobre essas questões, Strey, Werba e Nora (2004) discorrem que

O momento da queixa é uma situação limite, na qual a mulher pode ser desencorajada a romper com o relacionamento violento se não se sentir compreendida, apoiada e segura quanto ao que está por fazer. (...) Além disso, em algumas ocorrências, as mulheres podem chegar a perceber que suas queixas não fazem parte de uma situação específica de “um problema conjugal”, mas

pelo contrário, podem ser ajudadas a construir a consciência de que estão enredadas em uma relação violenta que é ao mesmo tempo particular e coletiva.

(p. 104)

As referidas autoras chamam atenção, ainda, que “o acolhimento e o atendimento a essas mulheres são momentos extremamente relevantes para a conscientização e a ação reflexiva das mesmas, assim como, para o apoio necessário neste momento conflitivo e angustiante” (p. 105). Faz-se importante haver na rede de assistência à mulher, - e a DEAM representa em muitos casos a porta de entrada desta rede -, condições propícias para que estas mulheres e também estes homens em situação de violência se apropriem, ainda que minimamente, de suas questões.

Nessa direção, em última instância podemos analisar que é ético considerar o sofrimento das pessoas, por mais responsabilidade ou participação que estas possam ter nos acontecimentos violentos e dolorosos em que estão envolvidas. Esta desconformação que Marília e muitas outras mulheres sofriam na delegacia muito me angustiava enquanto pesquisadora. No caso de Marília, essa dinâmica institucional de desqualificação partiu da polícia militar, que não é especializada em atendimento à mulher, mas não raramente isso pôde ser observado também partindo do âmbito da própria DEAM.

É muito duro ver as mulheres chegarem em sofrimento, visivelmente estraçalhadas, e de “vítimas” se tornarem “algozes”, serem desacreditadas, humilhadas, chamadas de “joinhas”, “problemáticas”. Quanta visão pequena!
(Diário de bordo da pesquisadora)

Sobre a experiência deste casal que ora estamos discutindo, podemos perceber uma dinâmica relacional em que ambos são agressivos, de modo que Paulo chega a reconhecer que “*a relação é que é perturbada*” (sic).

Durante a minha entrevista com Marília, a delegada entrou na sala para fazer algumas questões necessárias à condução do caso pela delegacia. Marília, então, relatou que as agressões haviam começado na noite anterior, e que o último episódio teria acontecido naquela manhã, em que ela ficou com os dedos da mão feridos por segurar a faca com a qual Paulo tentava matá-la. Quando questionada pela delegada sobre por que estavam duelando tanto, Marília explicou:

(...) eu pedi para ele ir embora de casa, porque não está pagando a luz, o aluguel, nem está pagando as coisas das crianças. Estou passando necessidade. Estou trabalhando... Quando volto para casa, as crianças estão sem se alimentar... Eu fui tomar satisfação com ele. (...) Aí ele disse: “ah, está achando ruim? Leva [as crianças] para a casa da tua mãe”. (...) comecei a arrumar as bolsas dos meninos para levá-los... (...) ele disse que só estava comigo por causa dos meninos e eu perguntei por que então ele não ia embora já que eu estava levando os meninos para o interior. Aí ele disse: “meus filhos você não leva, não, eu mato você, mas você não leva meus filhos, não!”.
(Marília)

A delegada, então, questionou se Paulo havia feito sexo forçado com ela, conforme havia registrado na ocorrência, ao que ela confirmou. Vejamos o diálogo:

Delegada: Daí, ele fez sexo forçado contigo?

Marília: Fez. Ontem eu disse: “Paulo, eu não quero, eu vou dormir”.

Delegada: Mas ele deu em você para fazer sexo, ou não?

Marília: Deu um tapa na minha cara, puxou meus cabelos... Eu disse: "Paulo, eu estou menstruada, pelo amor de Deus, pare com isso, vá embora". Aí, depois que ele teve relação comigo, foi embora. Voltou novamente hoje de manhã, e mais agressão.

Delegada: Tem que ir para o IML fazer o sexológico... Menstruada fica difícil, porque aí o fluxo...

Marília: Não, mas ele fez por trás, não foi pela frente, não. Ele me agarrou por trás... (sic).

Marília relatou para mim, após a saída da delegada, que Paulo parecia considerá-la uma garota de programa, porque só lhe dava atenção na hora da relação sexual: *"Não tem um afeto, um carinho, nem nada por mim. Esse tempo todinho... Dez anos!" (sic).* Segundo ela, o interesse de Paulo era ter um lugar para dormir, tomar banho, ter alguém para lavar a sua roupa. *"Eu mesma pegava o dinheiro do meu emprego para comprar comida, fazer, e quando ele chegar, a casa estar arrumadinha, tudo feito..." (sic).* Quando questionada se sentia usada, respondeu afirmativamente.

Contou que naquela semana, estaria sendo constantemente forçada a fazer sexo com Paulo. Questionei como era isso para ela, ao que respondeu: *"É vergonhoso, é triste. Estou com muito ódio por dentro, com muita raiva. Minha vontade era matar ele, mas não consigo. Já peguei duas vezes a faca, tentei, mas não consegui."* (sic). Marília expressou que gostaria que

(...) ele entendesse que tem uma família para sustentar, lembrasse da gente... Lembrar na época de Natal, lembrar na época de Ano Novo... Tudo é amigo, amiga, não liga... Não dá mais atenção à família... Não dá, só na hora da agressão física. No dia- a - dia, não dá um bom dia, não diz para onde vai, não faz nada... Está vivendo só por viver. (sic)

Paulo estava vivendo só por viver. Expressou em sua narrativa que não queria mais estar naquele relacionamento, mas que não conseguia se desvencilhar de Marília, a qual de tudo se mostrava capaz de fazer para infligir-lhe dor em retaliação, desde induzir uma situação para colocá-lo na prisão (a alegação do estupro), até chegar a matá-lo ou aos seus próprios filhos. *“Ela diz: ‘eu boto na cadeia ou no cemitério’. Pronto, é isso que ela está fazendo, está botando atrás das grades”*. (sic)

De acordo com Paulo, apesar de não sentir mais nada por Marília, via-se obrigado a ficar na relação pelos filhos, uma vez que ela tinha o costume de descontar nos dois meninos toda a raiva que sentia dele. As consequências destes conflitos, ele relata enquanto sofrimento:

Pense num rapaz que trabalha sem ânimo, sou eu, pessoa desgostosa da vida. A vida só tem motivo para mim porque, como eu disse, eu tenho dois filhos, mas a vida para mim com ela não tem motivo de eu estar vivo, não. Não tenho nenhum motivo de estar vivo com ela, de ocupar um espaço na Terra. Estou me sentindo péssimo, nunca passei por isso na minha vida. Vinte e três anos na delegacia algemado como um matador... (Paulo)

Parece haver no relacionamento de Marília e Paulo um proeminente histórico de abuso físico e emocional. São relatadas humilhações, ameaças e agressões físicas por parte de ambos. Como reflete Lima (2012), o que podemos apreender na base desse modo de ser-com-o-outro é um tipo de relação em que o outro é tido como coisa, “um mero objeto, do qual se pode dispor, permitindo que se possa fazer com ele o que se achar mais conveniente, impondo-lhe inclusive a força física” (p. 173). Este parece ser, segundo o autor, o *modus operandi* das relações contemporâneas, embora seja

importante pontuar que esse modo de ser-com-o-outro não é exclusivo do nosso momento presente, mas de algum modo parece se exacerbar na contemporaneidade.

Ao observar o quanto a violência vem se intensificando no mundo, concordo com Rocha (2001), quando reflete que os homens parecem estar cada vez mais se tornando habitados pelo nada. Lima (2012) discorre que o contexto sociocultural parece ensejar a banalização do sofrimento humano. O autor aponta a escassez de “espaços para que o humano possa fazer uma experiência com suas condições existenciais” (p. 190), e, assim, produzir sentidos e ressignificar o próprio sofrimento. Nessa conjuntura, Lima (2012) reflete que o homem parece se tornar prisioneiro num “círculo infindável de inautenticidade e expropriação de seu ser si mesmo” (p. 190).

Diante de todo o contexto e considerando as reflexões apontadas, importa refletir como fiquei afetada pela situação do casal Marília e Paulo. Senti em Marília uma vitimização excessiva, que me incomodou. Em alguns momentos, essa vitimização parecia uma forma de manipulação. Mas, por outro lado, sentia o seu desamparo e, assim, compreendia a violência em que estava ativamente envolvida. Ao mesmo tempo, ver a situação de Paulo, algemado na minha frente e saindo da delegacia preso, também me afetou. Acredito que não caberia me posicionar a favor de um ou de outro, mas compreender como cada um pôde cuidar de existir, a seu modo, naquela prisão sem muros em que se encontravam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho tecer possibilidades para compreender o sofrimento decorrente da violência nas relações íntimo-afetivas entre homens e mulheres. Salientamos que a violência é um fenômeno complexo, que parece se intensificar na contemporaneidade, ao passo em que os espaços para cuidar de si, a partir da produção de novos sentidos e significados, parecem estar se reduzindo.

Diante de tal contexto, como ir além das limitações impostas pela realidade? Como encontrar alternativas, ainda que imprecisas, para a construção de um olhar que se disponha a contemplar o passado para compreendê-lo e, a partir dele, caminhar na busca de outros modos de cuidar da existência humana em situação de violência?

Tal reflexão é possível, principalmente se considerarmos que a DEAM se encontra inserida numa rede de prevenção e proteção à violência, sendo, muitas vezes, a porta de entrada de mulheres e de homens nessa rede. Como porta de entrada, é também lugar de desvelamento da violência e do sofrimento nas relações. Portanto, pode ser um espaço que propicie às pessoas pensarem - às vezes, pela primeira vez - sobre suas próprias vidas, seus modos de ser-no-mundo e ser-com. No entanto, a rotina observada na nossa permanência na DEAM aponta para a inexistência de um espaço que propicie o “pensar” tanto sobre a situação em conflito como o “apropriar-se” do sofrimento gerado pela violência vivida a dois.

Consideramos que a compreensão do sofrimento gerado pela violência nas relações íntimo-afetivas, tecida no capítulo anterior a partir das narrativas colhidas e dos diários de bordo da pesquisadora, enseja um debruçar-se sobre a situação. Não basta apenas tecer algumas possibilidades compreensivas sobre tal sofrimento, urge perguntar

de que modo, mesmo na situação da DEAM, é possível encontrar ou apontar modos de acolher/cuidar de tal demanda. Tal movimento foi conduzindo a pesquisadora, apesar de não ter se apresentado como objetivo da pesquisa. Não é possível deparar-se com tal condição de violência e desamparo sem necessariamente encaminhar-se para pensar modos de cuidado que possam ser exercidos no ambiente de uma delegacia. Não podemos contentar-nos em apenas registrar a ocorrência e ficarmos imunes ao sofrimento manifesto. Sabemos que os profissionais que ali trabalham não estão preparados para tal acolhimento, mas acreditamos que após ter percorrido os labirintos escuros da delegacia e convivido com os policiais, as delegadas e os homens e mulheres em situação de violência, não podemos deixar de considerar as marcas que ficaram registradas no nosso percurso e que nos leva a tentar ir além do objetivo proposto.

O aporte teórico e as reflexões aqui empreendidas podem nos ajudar a pensar, como contribuição, tessituras de cuidado às mulheres e aos homens em situação de violência e sofrimento em suas relações íntimo-afetivas. O cuidado, nessa perspectiva, pode ser compreendido como uma possibilidade de desobstrução dos sentidos cristalizados, de libertação do enclausuramento às representações previamente dadas. Trata-se de oportunizar o pôr a vida em movimento, a partir da apropriação de novos sentidos, de outras formas de ser com o outro no mundo. Tecer e destecer uma trama, que é a trama do próprio existir (Feijoo, 2011).

Mas como seria possível tal espaço na DEAM? Considerando o contexto das delegacias e a possibilidade de pensar modalidades de prática psicológica em instituições, nos questionamos sobre a inserção do psicólogo, não para ocupar o lugar de fazer diagnóstico ou psicoterapia, mas, uma vez inserido na própria dinâmica da delegacia, tentar a construção de um olhar, de uma escuta que privilegie o que não é registrado no boletim de ocorrência.

Tal lugar pode ser pensado considerando o modo de cuidar ressaltado por Heidegger (1981) como o “autêntico cuidar”, na medida em que libera o outro para suas próprias possibilidades de encaminhar a vida. Assim, faz-se possível pensar a ação clínica como uma “modalidade da solícitude fundamentada na escuta” (Morato, 2013, p. 52), concebendo a intervenção clínica como “debruçar-se ou inclinar-se para poder apreender e escutar aquele que precisa de cuidado em mal-estar” (p. 51).

Como pensar então na inserção do psicólogo, tendo em vista as observações apresentadas acima sobre a ação clínica acontecendo em instituições? Partimos do pressuposto de que a DEAM se encontra inserida numa rede de prevenção e proteção à violência, como já discutimos. Nesse sentido, por vezes, a DEAM é porta de entrada e pode ser também a única ocasião em que essas pessoas em situação de violência acessam a rede para deflagrar o sofrimento e a violência em que se encontram enredadas.

Mas como viabilizar este espaço em uma instituição marcada por protocolos rígidos, permeada por modelos de ser homem e ser mulher nas relações afetivas que ainda se apresentam dominantes no momento atual? Como romper com tais barreiras e tentar outro olhar que consiga acolher o sofrimento e o desamparo decorrente da violência manifesta nas queixas e no sofrimento de culpa que mobiliza, muitas vezes, a retirada da queixa? Como escutar o sofrimento encoberto pela disputa resultante do medo de perder o projeto de uma vida ou o lugar que ocupa neste projeto?

Faz-se importante compreender que a mulher não traz apenas fatos criminais que lhe sucederam, mas toda uma história de vida, toda a trama de seu existir enquanto mulher, e o seu sofrimento. O homem que agride também sofre, inclusive porque a lógica machista não incide somente sobre as mulheres, estar preso a sentidos pré-moldados do que é ser homem, por vezes inalcançáveis, também é sofrer. E, como

vimos, não são somente as desigualdades de gênero que produzem sofrimento, mas todo o contexto sociocultural e histórico em que estamos inseridos neste momento de supremacia tecnológica.

Após tais considerações, nos perguntamos: a DEAM poderia, também, se constituir num espaço para uma intervenção do psicólogo no sentido aludido por Morato (2013)? Parecemos, então, chegar ao lugar de onde partimos e conhecê-lo pela primeira vez⁶. Percebemos que este lugar, como estagiária de psicologia atendendo em um serviço de Plantão Psicológico numa DEAM, motivou a escolha do tema de pesquisa e norteou nossa caminhada. Desse lugar, consideramos que a DEAM pode ser pensada como lugar de acolhimento, pois as experiências com Plantão Psicológico em Petrolina-PE e em Caruaru-PE, por exemplo, demonstraram haver espaço e brechas para se inserir, problematizar, engendrar práticas de cuidado nessa instituição.

Afetados pela inserção na DEAM, podemos ousar pensar que uma atitude clínica nesta instituição, no sentido em que estamos ressaltando, pode não ficar restrita ao profissional de psicologia e perpassar pelo olhar e escuta cuidadosos do policial que registra os boletins de ocorrência na DEAM, dos escrivães que colhem os depoimentos, das delegadas, recepcionistas. Cuidando do outro, no modo da *pré-ocupação*, os policiais também podem cuidar de si mesmos. Nessa direção, o espaço de escuta do fazer desses profissionais e a dor que, às vezes, relatam também precisam ser acolhidas para que, cuidando de si, possam cuidar dos que atendem nos seus ofícios. Aqui lançamos a seguinte questão: o Serviço de Plantão Psicológico, que poderia ser um espaço aberto nas DEAM, não deveria estar aberto para acolher também seus funcionários?

⁶ Tomando de empréstimo as palavras do poeta T. S. Eliot (1988 – 1965).

Chamar a atenção para essas questões é resgatar o olhar para o outro como outro, em sua alteridade e diferença. O outro que nos interpela na delegacia sofre a dor das injustiças sociais, a dor do desamparo social e existencial e, por vezes, sai da delegacia sofrendo a dor de não ter sido bem acolhido. A partir do cuidado como antecipar-se ao outro, estando junto sem retirá-lo da responsabilidade de sua única tarefa existencial, que é cuidar de ser, acreditamos ser possível resgatar o pensamento meditante em torno da violência, que é um modo possível de ser-com-o-outro, mas não é o único.

Esperamos, assim, que esse estudo possa dar partida a outros trabalhos que cartografem os relevos e planícies da delegacia, e a descubram, re-inventem em suas potencialidades de acolher uma ação clínica transformadora. Para finalizar, recorreremos às palavras de Heidegger (2007, p. 375) e lançamos o leitor à reflexão sobre as questões que buscamos trazer neste trabalho:

“O caminho é um caminho de pensamento.”

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.
- Alves, R. *Cantos do pássaro encantado: sobre o nascimento, a morte e a ressurreição do amor*. Campinas-SP: Verus.
- Aun, H. A., Morato, H. T. P. (2009). Atenção psicológica em instituição: plantão psicológico como cartografia clínica. In Morato, H. T. P., Barreto, C. L. B. T., & Nunes, A. P. (Orgs.). *Aconselhamento psicológico em uma perspectiva fenomenológica existencial. Uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 180-191.
- Barbosa, M. F. (1998). A noção de ser no mundo em Heidegger e sua aplicação na psicopatologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, 18(3), 2-13.
- Barreto, C. L. B. T. (2013). Reflexões para pensar a ação clínica a partir do pensamento de Heidegger: da ontologia fundamental à questão da técnica. In Barreto, C. L. B. T., Morato, H. T. P., & Caldas, M. T. *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica*. Curitiba: Juruá, 27 - 50.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Birman, J. (2006). A psicanálise e a crítica da modernidade. In *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 35 - 56.
- Boss, M. (1977). *Angústia, culpa e libertação: ensaios de psicanálise existencial*. São Paulo: Duas Cidades.
- Braga, T. B. M., Mosqueira, S. M. & Morato, H. T. P. (2012). Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. In *Temas em Psicologia*, 20(2), 555 - 569.
- Brasil, SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.; SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2006). *Norma Técnica de Padronização:*

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs. Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República.

Brasil, SPM- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2007). *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher*. Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Presidência da República.

Benjamin, W. (1994). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 197-221.

Braga, T. B. M. (2009). *Supervisão de Supervisão: grande angular fenomenológica na cartografia de práticas clínicas em contextos institucionais e comunitários*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Brandão, E. R. (2004). “EU QUERO SABER QUAIS SÃO OS MEUS DIREITOS”: a complexa trama entre cidadania e lógica familiar. In Strey, M. N.; Azambuja, M. P. R. & Jaeger, F. P. (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 85 - 99.

Butler, J. (1990). Actos performativos y constitución del género: um ensayo sobre fenomenologia y teoría feminista. In: *Desde la teoria*. Trad. Tanara Pereira da Silva.

Cabral, B. E. B. (2004). *Cartografia de uma ação territorial em saúde: transitando pelo Programa Saúde da Família*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Chauí, M. (2003). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.

Critelli, D. M. (1996). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Brasiliense.

Critelli, D. M. (2002). Martin Heidegger e a essência da técnica. *Margem*, São Paulo, n. 16, p. 83-89, dez.

Dantas, J. B., Sá, R. N. & Carreteiro, T. C. O. C. (2009). A patologização da angústia no mundo contemporâneo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(2), 1 - 9.

- Duarte, A. (2010). *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Feijoo, A. M. C. (2011). *A existência para além do sujeito: A crise de subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Fundação Perseu Abramo. (2001). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, SP: Autor. Retirado de <http://www.fpa.org.br>.
- Granja, E. & Medrado, B. (2009). Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), fev.
- Gregori, M. F. (1993). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS.
- Heidegger, M. (1981). *Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. São Paulo: Moraes.
- Heidegger, M. (2000). *Serenidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Heidegger, M. (2007). A questão da técnica. *Scientiae studia*, São Paulo, 5(3), p. 375-98.
- Heidegger, M. (2009). *Seminários de Zollikon*. Petrópolis: Vozes.
- Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes.
- Lima, D. F. (2002). O cuidado na clínica fenomenológica: do éthos à perplexidade. *Texto mimeo*.

- Lima, D. F. (2012). A prática do plantão psicológico na delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM): uma experiência a partir da acontecência do cuidado. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFES: Vitória – ES.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 07 - 34.
- Malpas, J. (2012). A derrocada da ética. In Malpas, J. & Crowell, S. (Orgs.). *Heidegger e a tarefa da filosofia: escritos sobre ética e fenomenologia*. Rio de Janeiro: Via verita, 9 - 31.
- Medrado, B., Mélo, R. P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 20, Edição Especial, 78-86.
- Michelazzo, J. C. (2000). Heidegger e a questão da técnica moderna. In Castro, D. S. P. (Org.). *Fenomenologia e análise do existir*. São Paulo: Sobraphe.
- Minayo, M. C. S. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10(1), p. 07-18.
- Morato, H. T. P., & Aun, H. A. (2007). *Cartografia como ação clínica em intervenção social*. In XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica / II Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica de Belo Horizonte, 2007, Belo Horizonte. Anais: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica / II Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica de Belo Horizonte. Belo Horizonte.
- Morato, H. T. P.; Andrade, A. N., & Schmidt, M. L. S. (2007). Pesquisa Interventiva em Instituições: Etnografia, Cartografia e Genealogia. In Rodrigues, M. M. & Menandro, P. M. M. (Orgs.). *Lógicas metodológicas, trajetos de pesquisa em psicologia*. Vitória: Editora GM, 193-206.
- Morato, H. T. P. (2013) Algumas considerações da fenomenologia existencial para a ação psicológica na prática e na pesquisa em instituições. In Barreto, C. L. B. T., Morato, H. T. P., & Caldas, M. T. *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica*. Curitiba: Juruá, 51 – 76.

- Pasinato, W. & Santos, C. M. (2008). *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu.
- Pompeia, J. A. & Sapienza, B. T. (2011). *Os dois nascimentos do homem: escritos sobre terapia e educação na era da técnica*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Ramos, M. (2003). Novas parcerias, novos conflitos. In Gomes, P. B. (Org.). *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 57 - 75.
- Rocha, Z. (2001). O problema da violência e a crise ética de nossos dias. *Síntese*, Belo Horizonte, 28(22), 301-326.
- Schmidt, M. L. (2006) Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11-41.
- Silveira, P. S., Medrado, B., Rodrigues, L. O. (2009). Sentidos de violência contra as mulheres nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal. *Cad. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, 17(4), 951-970.
- Strey, M. N. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In Strey, M. N.; Azambuja, M. P. R. & Jaeger, F. P. (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 13 - 43.
- Strey, M. N., Werba, G. C., & Nora, T. C. (2004). "OUTRA VEZ ESSA MULHER?": Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas Delegacias da Mulher do RS. In Strey, M. N.; Azambuja, M. P. R. & Jaeger, F. P. (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 101 - 122.
- Vázquez Torres, J. (1999). Angústia e desamparo numa perspectiva heideggeriana. *Revista Perspectiva Filosófica*, 6(11), jan-jun.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012*. Caderno Complementar 1. Homicídio de Mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari. Recuperado de: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf. Acesso em: 05 jul. 2012.